

DEFESA DO CONSUMIDOR

Atendimento ao público não melhorou com *call center* do BC

ENTREVISTA/

Paulo Cavalheiro

“Se você não tiver normas eficientes, não adianta nada fiscalizar”

DEUS SEJA LOUVADO

BANCO CENTRAL

PESQUISA SINAL

Retrato em branco-e-preto de uma categoria

DESMONTE DO BC

A morte anunciada da Regional Belém



Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Daro Marcos Piffer,
David Falcão, Gustavo Diefenthaler,
João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro,
Orlando Bordallo Junior, Patrícia Cesário de Faria Alvim,
Paulo de Tarso Galarça Calovi e Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal
SRTVS Quadra 701 - Conjunto L Loja 60 - Térreo
Ed. Assis Chateaubriant – Cep 70.340-906 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva
Comunicação)
Reportagem: Paulo Vasconcellos, Rosane de Souza e Luis Carrijo
Fotos: Divulgação
Arte: Maraca Design
Ilustrações: Claudio Duarte
Fotolito: Madina
Impressão: Ultra Set
Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

A insistência que vale a pena

Alguns assuntos são recorrentes na Revista **Por Sinal**. Um desses temas é o sucateamento do Estado, em geral, e do Banco Central, em particular. O fenômeno se manifesta de diversas formas: pela queda na qualidade e descontinuidade dos serviços prestados à população, como nos salários defasados e na falta de condições adequadas de trabalho.

Não se trata de qualquer fixação por assuntos eleitos. O que ocorre é a inoperância e a falta de agilidade das autoridades constituídas, que nem sempre atuam na defesa do interesse público. Diante delas, somos instados a acompanhar, amiúde, essas matérias, até que a ação da sociedade, do Sinal e do funcionalismo do BC corrija o problema.

A presente edição aborda dois desses assuntos: o desmonte de uma regional – Belém – e a precarização de um serviço prestado pelo BC – o atendimento ao público. Ambas denunciam decisões erradas que prejudicaram o atendimento ao cidadão. A reportagem “Atendimento ao público não melhorou com o call center do BC” mostra também, para satisfação de todos, o resultado da nossa ação. O BC reviu parte da decisão de centralizar o atendimento telefônico em Brasília e ampliou o serviço para as regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro, desafogando a Sede e melhorando os serviços prestados. Trata-se de medida tímida, mas na direção certa.

Notícias como esta reforçam a percepção

de que vale a pena perseverar, se a causa é justa, e deixam claro que nossa atuação pode fazer a diferença. Nunca desistimos. Somos mais teimosos que as autoridades.

Outro tema recorrente é o papel da fiscalização das instituições financeiras pelo BC. Em longa entrevista, o diretor da área, Paulo Cavaleiro, aborda temas que têm sido destaque na mídia, como o papel da fiscalização, sua interação com os demais órgãos e a atuação do BC nos episódios envolvendo os bancos Rural e Santos.

Por falar nesses bancos, evidenciados pelas investigações conduzidas pela CPMI dos Correios: o Sinal esteve lá, em audiência pública, levando sugestões para tornar mais eficiente o combate à corrupção.

Agradecemos a você, caro leitor, a avaliação positiva da nossa Revista. Demonstrada em pesquisa realizada pelo Sinal, registra a nossa atuação como um dos itens melhor avaliados pelo público-alvo da publicação.

Esta edição sai com atraso, por motivos alheios à nossa vontade, e que mobilizaram todos os esforços e atenção do Sinal. Em especial, a ocorrência de duas greves, em janeiro e maio. Greves não por salário, mas por cobrança de algo inédito na história dos movimentos reivindicatórios no BC: a implementação do acordo – verbal e escrito – de 2005, descumprido durante a negociação trabalhista de 2005.

Aproveite a 16ª edição da **Por Sinal**. 

Mobilização pode acelerar volta à Centrus

Para que o funcionalismo do Banco Central possa ter a Centrus como sua entidade de previdência privada é fundamental a mobilização dos servidores e das suas entidades representativas. “Tecnicamente, a criação de um plano de benefícios para o pessoal do BC é perfeitamente viável, inclusive nos aspectos legais. Em termos financeiros, esse plano também é viável porque as fontes de recursos já existem, se não na totalidade, mas em quase todo o necessário. Porém, mais que isso, é essencial a viabilidade política: é preciso que o Patrocinador, o Sindicato e as entidades representativas tenham interesse e, portanto, lutem para que o processo tenha êxito”, disse o diretor-presidente da Centrus, Pedro Alvim Junior.

Segundo Alvim, é fundamental que o Sindicato e as entidades de representação participem desse debate e contribuam nas negociações políticas que poderão viabilizar essa conquista. A Centrus, informa Alvim, está fazendo uma pesquisa no âmbito do funcionalismo do Banco Central em todos os Estados para ter a correta dimensão do anseio dos servidores do Banco. “Sabemos que a maioria das pessoas realmente quer, mas é preciso traduzir isso em números, para que possam embasar um árduo trabalho a ser feito”, diz.

A viabilidade econômica é pacífica e decorre, em grande parte, da excelente situação financeira da Centrus, que tem um superávit técnico de quase R\$ 3 bilhões. O plano de previdência privada para os servidores do RJU do BC precisaria de recursos de R\$ 3,5 bilhões ou, no máximo, R\$ 4 bilhões. Desse total, existem na Centrus R\$ 2 bilhões do Banco Central, que já são usados para pagar as aposentadorias do pessoal do RJU. Do superávit de quase R\$ 3 bilhões da Centrus é possível utilizar outro R\$ 1 bilhão, que é a parte que pertence ao BC.

“O restante, caso necessário, poderia vir das contribuições que, ao longo desse tempo, os funcionários fizeram para o Tesouro Nacional. Não seria necessário nem pedir dinheiro novo ao Tesouro, bastando para isso que fosse liberada apenas uma parte do montante das contribuições desse pessoal”, explica Alvim. Um estudo atuarial está sendo feito pela Centrus para comprovar a alta viabilidade econômica desse plano.

Segundo Alvim, hoje já existe a abertura jurídica, legal e institucional para o retorno do funcionalismo do BC à condi-

ção de participante da Centrus, diferentemente de oito anos atrás. “Vamos colocar esse plano no papel, de forma organizada, com todos os cálculos feitos, no máximo até o final do ano. A oportunidade é única, porque o momento certo para ocorrerem essas mudanças por meio da regulamentação é o início do próximo ano, já que este ano resta pouco a fazer, por se tratar de um período eleitoral”, afirma.

O dirigente da Centrus disse que o retorno do funcionalismo do BC à Centrus é um projeto antigo, desde quando assumiu, em abril de 1999. “Na época, entretanto, existiam dois problemas graves, que retardaram a execução desse projeto. O primeiro era a situação financeira da Centrus, que tinha um déficit de cerca de R\$ 200 milhões (o equivalente a R\$ 1 bilhão, hoje). Como é que iríamos convencer as pessoas para sair de uma aposentadoria paga pelo Tesouro, com segurança total, para vir para uma empresa com um déficit de R\$ 200 milhões e vários investimentos incertos, correndo o risco de perder patrimônio? E havia também o impedimento legal: não havia lei que permitisse o funcionalismo do BC ter pensão complementar paga por um fundo de pensão patrocinado pelo Banco Central, o que hoje é possível”.

Regulamentação

Alvim relata que, por isso, o projeto foi adiado e todo esforço foi concentrado na recuperação da Centrus. “Hoje, todo mundo sabe que a situação da Centrus é excelente. E houve em 2003 uma mudança nas regras da previdência complementar, por meio de uma emenda constitucional, que abriu a possibilidade de que os funcionários públicos pudessem ter a complementação da sua aposentadoria por meio de um fundo de pensão patrocinado pelo seu empregador, no caso a União. Com essas duas mudanças, criaram-se as condições necessárias à viabilização daquele projeto antigo, que parecia impossível”, afirmou.

Falta ainda a regulamentação da emenda feita à Constituição, lembra Pedro Alvim. E é aí que o Sindicato e as entidades representativas podem ter uma participação relevante, mediante a mobilização de seus associados, debatendo todas as opções e contribuindo no que puderem. “Eu acredito que, se houver a mobilização da categoria e das suas entidades de representação, o objetivo será alcançado”, finaliza.

Defesa do Consumidor	Atendimento ao público não melhorou com <i>call center</i> do BC	Página 6
Desmonte do BC	A morte anunciada da Regional Belém	Página 10
CPMI dos Correios	Sinal discute no Congresso combate à corrupção	Página 13
Artigo	Nelson Le Cocq A dívida pública brasileira	Página 16
Entrevista	Paulo Cavalheiro /"Se você não tiver normas eficientes, não adianta nada fiscalizar"	Página 18
Artigo	Luis Carlos Paes de Castro Banco Central: último reduto conservador	Página 28
40 anos da Asbac	Aniversário sem grandes comemorações	Página 30
Pesquisa de satisfação	Retrato em branco-e-preto de uma categoria	Página 32
Artigo	Theotonio dos Santos A onda rosa está ficando vermelha!	Página 36

Atendimento ao público não melhorou com *call center* do BC

LIGAÇÕES TELEFÔNICAS COMEÇAM A SER DIRECIONADAS TAMBÉM PARA AS REGIONAIS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

PAULO VASCONCELLOS

Como já previa o Sinal, o novo sistema de atendimento ao público não melhorou desde que foi implantado, em 19 de setembro de 2005, apesar de contar com um moderno aparato tecnológico que teria custado R\$ 30 milhões. Um software sozinho não faz verão. O quadro subdimensionado de funcionários do *call center* e o esvaziamento das Centrais de Atendimento ao Público (CAPs) nas representações regionais do Banco sufocaram a demanda. Resultado: de um lado, é preciso persistência incomum para se chegar a um operador via 0800; de outro, registrou-se uma queda para apenas 7% no atendimento personalizado, no Rio.

Os últimos dados estatísticos do Banco Central já indicavam um desempenho muito aquém do aceitável. Das 106.817 ligações feitas para o *call center*, de 1º a 16 de novembro do ano passado, 34,98% foram dirigidas a reclamações contra instituições fiscalizadas pelo Banco Central – atrás apenas dos 49,36% que queriam informações. Pouco mais de 3 mil somente foram atendidas. O percentual das ligações que encontraram o telefone ocupado ficou acima de 93%. O tempo médio de atendi-

mento às ligações que tiraram a sorte grande e chegaram a um dos operadores do *call center* foi de 8,5 minutos.

“A maioria da população brasileira já não tem acesso ao 0800. Quem tem desiste diante da realidade de que apenas uma em cada dez ligações é atendida”, diz João Freitas, da Representação Regional do Banco Central em Curitiba. “O *ranking* das instituições com maior volume de infrações, que antes era obtido instantaneamente, passou a levar 15 dias para se tornar disponível”, afirma Luís Carlos Paes de Castro, servidor do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições não-bancárias e de Atendimento a Demandas e Reclamações (Desuc) e integrante

ATENDIMENTOS EM 2004

Quanto à natureza da demanda	Volume
Informações	481.196
Reclamações	9.332
Denúncias	23.315
Quanto ao meio de atendimento	
Eletrônico (internet / e-mail)	76.974
Telefone	352.865
Pessoal	69.534
Correspondência	14.650
Total	513.843

do Conselho Regional do Sinal em Fortaleza. “O único serviço que continua a ser realizado com excelência tem sido o atendimento pessoal ainda desenvolvido pelas regionais, em função de pressões do sindicato e de servidores das antigas centrais de atendimento.”

A própria direção do Banco Central parecia sinalizar com o reconhecimento do equívoco no fim de março deste ano. As ligações telefônicas para o *call center* começaram a ser direcionadas também para as representações regionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Na última semana do mês, representantes do Desuc e da Secretaria Executiva (Secre), responsável pela atividade em Brasília, estiveram reunidos durante três dias na sede do BC para discutir como melhorar o serviço. As críticas ao atual modelo foram unânimes. A insuficiência do quadro de pessoal e as falhas do novo sistema de informática serviram para que se generalizasse a opinião de que o retorno ao sistema antigo daria melhor eficiência ao atendimento.

A estimativa, de acordo com um funcionário que já trabalhou na Central de Atendimento ao Público de uma das regionais, era de que o BC recebia em média 40 mil ligações por mês em todo o Brasil – sem contar o atendimento personalizado. Ainda pelo sistema antigo, as CAPs haviam realizado nos últimos cinco anos 3 milhões de atendimentos. O Banco Central suspendeu a divulgação de estatísticas desde novembro do ano passado. Mas se todas as representações repetissem o desempenho pífio da regional do Rio, pode-se calcular que com as novas ferramentas à disposição o número não chegaria a mais de 350 no mesmo período. Em vez de aproximar da sociedade brasileira, como

prega o Sinal, o Banco Central só fez se distanciar ainda mais dela com a centralização das CAPs.

Os riscos da mudança

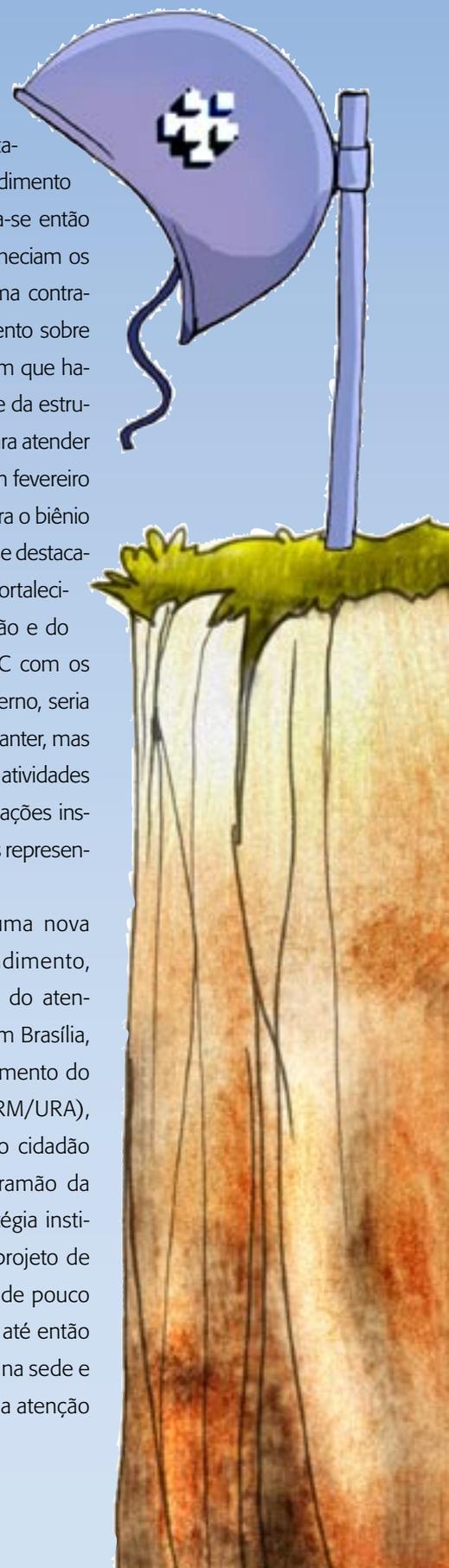
Um documento crítico sobre o papel institucional do Banco Central já alertava para os riscos das mudanças no atendimento antes de elas entrarem em vigor. Sabia-se então que mais de 80% do público não conheciam os serviços prestados pela instituição, numa contraposição ao elevado grau de conhecimento sobre ela. Dados gerenciais indicavam também que havia uma demanda reprimida, em virtude da estrutura do atendimento telefônico. Mais: para atender aos objetivos estratégicos divulgados em fevereiro

pelo Banco Central para o biênio 2005/2006, em que se destacavam a ampliação e o fortalecimento da comunicação e do relacionamento do BC com os públicos interno e externo, seria preciso não apenas manter, mas também fortalecer as atividades de comunicação e relações institucionais em todas as representações regionais.

A proposta de uma nova concepção de atendimento, com a concentração do atendimento telefônico em Brasília,

fazendo uso da ferramenta “Gerenciamento do Relacionamento com o Cliente” (CRM/URA), da IBM, o qual passaria a oferecer ao cidadão respostas automatizadas, ia na contramão da própria concepção filosófica da estratégia institucional do Banco. Além do mais, o projeto de centralização previa que uma equipe de pouco mais de 20 analistas fizesse o serviço até então realizado por 170 funcionários lotados na sede e nas regionais. O documento chamava a atenção

“A estimativa era de que o BC recebia em média 40 mil ligações por mês em todo o Brasil – sem contar o atendimento personalizado. Ainda pelo sistema antigo, as CAPs haviam realizado nos últimos cinco anos 3 milhões de atendimentos.”



para a evidência de que a suspensão do atendimento pessoal, mesmo na suposição de que o sistema telefônico centralizado fosse capaz de atender às demandas do cidadão, seria medida prejudicial ao interesse público, com desgaste significativo e desnecessário à imagem do BC.

Atendimento a serviço da população

A Central de Atendimento ao Público, considerada a face cidadã do Banco Central, surgiu no fim dos anos 80, em meio aos movimentos de cidadania que invadiram o país. Antes da constituição das CAPs, a população enfrentava uma maratona para tirar dúvidas que só o BC podia responder. Todas as unidades e representações regionais, cada uma delas dispoindo de servidores para o atendimento ao público, recebiam diariamente inúmeras consultas, por telefone e presencialmente.

Em momentos de grandes mudanças na eco-

nomia, como as edições dos planos econômicos, o Banco Central montava estruturas temporárias para atender o público.

Uma a uma, as estruturas temporárias foram se tornando permanentes: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Belém, Curitiba, Brasília, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador.

A princípio, todas estavam vinculadas à área de fiscalização do BC. Na segunda metade da década de 90, as centrais passaram a ser subordinadas tecnicamente à Secre/Surel e, administrativamente, às Delegacias Regionais. Em fins da década de 90, por ocasião da reestruturação nas regionais, as CAPs passaram a ser técnica e administrativamente subordinadas à Secre/Surel, com redução nos quadros e nos quantitativos de funções comissionadas.

O que começou de forma tímida ganhou, com o tempo, estrutura profissional e a serviço da sociedade. As CAPs evoluíram até ganhar um manual de procedimentos e dar origem ao *ranking* das instituições financeiras com maior volume de queixas da população. Só no ano passado, elas receberam 55 mil denúncias, envolvendo descumprimento de normas, 80 mil reclamações relativas a procedimentos não-normatizados e mais de 2,9 milhões de pedidos de informações e orientações.

Que se tornasse alvo das tentativas de descaracterização do Banco Central era questão de tempo. Na Assembléia Nacional Deliberante (AND) de 2004, a direção do Sinal já alertava para os riscos que ameaçavam as CAPs. A proposta era que o Banco Central dotasse as centrais de estruturas modernas e qualificadas, com funcionários em quantidade compatível com a demanda existente, e fortalecesse seu papel como instrumento de transparência com a opinião pública.

O que o Banco Central fez foi o oposto. “O resultado da reestruturação do setor até agora limitou o acesso do público ao serviço e aumentou absurdamente o prazo das respostas”, diz Luís Carlos Paes de Castro, do Sinal de Fortaleza.

0800, o número da sorte

A Central de Chamada do Banco Central é uma loteria. A reportagem da **Por Sinal** fez, durante 10 dias de abril, 30 ligações para o 0800 99 23 45. Só em três conseguiu vencer a barreira das gravações que ensinam a teclear o número 5 para queixas contra instituições fiscalizadas pelo BC. Em nove de cada dez chamadas, esbarrou na voz fria de um locutor com a dicção perfeita e uma mensagem indefectível: “No momento, todos os nossos operadores estão ocupados. Por favor, tente mais tarde. Obrigado.”



MP age contra extinção das CAPs

O desmantelamento das Centrais de Atendimento ao Público está na mira do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul. Em ofício encaminhado à direção do Banco Central, em maio do ano passado, atendendo denúncia do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, o MP encaminhou recomendação contra a extinção das CAPs.

O documento é assinado pelo procurador Lafayette Josué Peter. Baseado no artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93, o ofício requisita informações sobre os procedimentos adotados ou a serem adotados na reestruturação das Centrais de Atendimento ao Público e acena com a possibilidade de providências complementares no caso de não-observância aos fundamentos legais baseados no artigo 10º da Lei nº 7347/85 e nos artigos 6º e 8º da Lei Complementar nº 75/93.

O ofício, dirigido ao diretor de Administração, João Antônio Fleury Teixeira, e ao secretário-executivo do Banco Central, Hélio José Ferreira, recomenda que se abstenham “da prática de quaisquer atos tendentes a propor ou a implementar alterações na atual estrutura organizacional administrativa, que importem em supressão ou redução, quantitativa ou qualitativa, do serviço público de atendimento pessoal e presencial prestado por servidores dos quadros desta Autarquia aos consumidores – usuários de serviços financeiros (cujo dever de fiscalização é incumbência legal desta), especialmente no que tange às Centrais de Atendimento ao Público – CAPs, atualmente em funcionamento”.

À Secretaria-Executiva (Secre) e à Secretaria de Relacionamento Institucional (Surel) a recomendação é para que determinem “a promoção dos atos necessários à ampla divulgação, nos meios de comunicação e em todo o território nacional, do serviço público de atendimento, inclusive pessoal, prestado pelas dez unidades denominadas Centrais de Atendimento ao Público – CAPs – e disponível aos consumidores de serviços financeiros, detalhando e esclarecendo a competência de tais unidades e as modalidades de serviços disponíveis à população”.

A resposta do Banco Central, expedida em 30 de maio de 2005, registra o recebimento da recomendação do Ministério

Público Federal do Rio Grande do Sul, mas deixa claro, nos itens 3 e 4, a posição inarredável da direção da instituição. “Com relação à requisição, consoante manifestação da Procuradoria-Geral desta Autarquia – a quem cabe o controle prévio da legalidade dos atos da Diretoria do Banco Central no curso de processo decisório –, registre-se, com a devida vênia, que a recomendação ministerial, em seus específicos termos, exorbita da competência e das atribuições do Ministério Público (...)”.

No item 4º, o ofício do Banco Central considera “oportuno o registro de que a atuação do Banco Central fica adstrita, tão-somente, às decisões emanadas de sua Diretoria e do Conselho Monetário Nacional, ou vinculada a expresse comando da lei. Em vindo a autoridade ministerial a determinar providências ou a abstenção de atos sobre matéria de cunho administrativo

interno deste Banco Central, atua com excesso de poder, não estando, pois, as autoridades destinatárias da recomendação obrigadas a lhes dar cumprimento.”

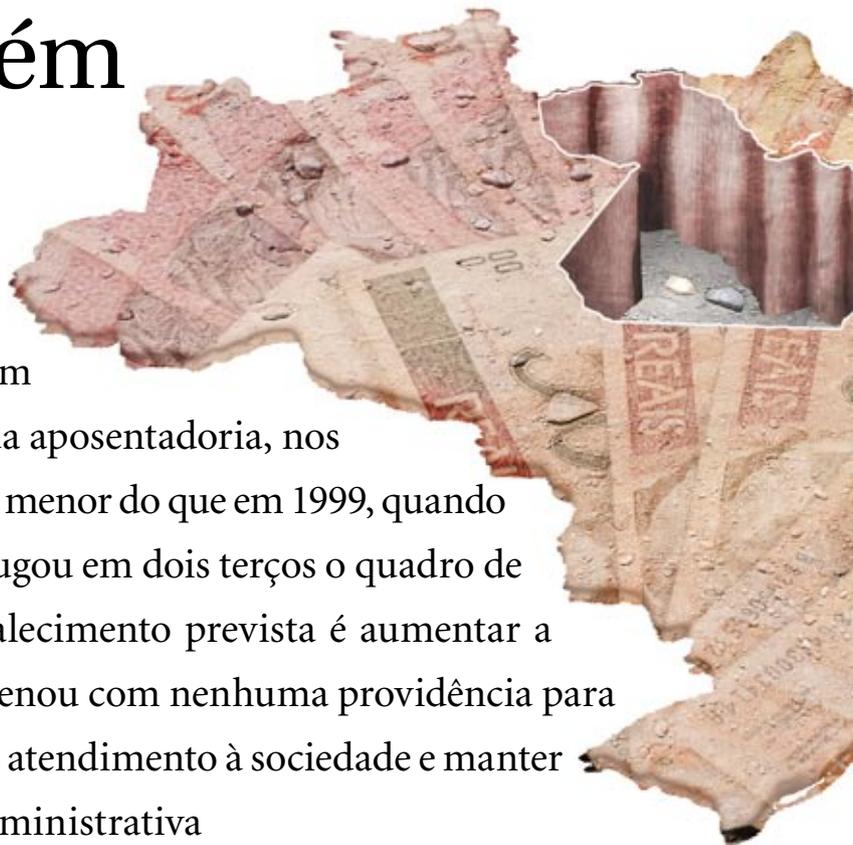
O documento aborda ainda o “caráter exorbitante da recomendação para que esta Autarquia, às suas expensas e no prazo de 90 dias, venha a dar ampla divulgação (...) do serviço

público de atendimento, (...)” e encerra com a ressalva de que “Nada obstante, uma vez mais, ressalte-se, como já anteriormente participado a V. Exa., que, qualquer que seja a mudança na estrutura de seus órgãos internos ou na forma de atuação, manterá o Banco Central do Brasil seu elevado espírito público e responsabilidade política no respeito ao cidadão e na preservação da qualidade dos serviços prestados aos usuários do sistema financeiro nacional, o que, naturalmente, atende ao propósito da recomendação ministerial”. **S**



A morte anunciada da Regional Belém

A Representação Regional do Banco Central em Belém, no Pará, só viveu um período pior do que agora. Não é consolo. Com 70% dos 60 funcionários na fila da aposentadoria, nos próximos cinco anos ela pode ficar menor do que em 1999, quando o processo de reestruturação enxugou em dois terços o quadro de pessoal. A única medida de fortalecimento prevista é aumentar a segurança. O BC até agora não acenou com nenhuma providência para reforçar a fiscalização, melhorar o atendimento à sociedade e manter o funcionamento da estrutura administrativa



Uma ameaça paira sobre a Representação Regional do Banco Central de Belém: o esvaziamento. Se todos os 16 funcionários que hoje têm direito à aposentadoria decidissem abandonar seus postos de trabalho, a representação, que conta com 60 empregados, voltaria aos patamares da reestruturação promovida pelo Banco Central durante o governo FHC, em 1999, quando foi reduzida de 123 para 44 pessoas.

A perspectiva para os próximos sete anos é ainda mais preocupante. Até lá, nada menos de 70% do quadro de pessoal estariam em idade de aposentadoria. A falta de uma política de reposição do contingente, sem

contar a importância de fortalecimento da representação diante das novas demandas provocadas pelo crescimento da atividade financeira e pelo desenvolvimento econômico, compromete a atuação do Banco Central em toda a região Norte.

“Não há uma política explícita da direção do Banco Central de esvaziar a Representação Regional de Belém, mas na prática percebe-se uma intenção deliberada nesse sentido com a falta de renovação do pessoal”, diz Orlando Bordallo Jr., do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) em Belém. “O pior é que não se vislumbra nenhuma perspec-

tiva de reversão desse processo. Em vez de ser fortalecida, a Representação Regional de Belém corre o risco de desaparecer por inanição.”

O único reforço à vista é a contratação de cinco técnicos de segurança e de um procurador. A criação do Departamento de Segurança deve absorver ao todo 18 novos funcionários na Representação Regional de Belém. Trata-se de uma medida extensiva a todas as regionais do Banco, em resposta ao assalto à sede da instituição em Fortaleza, em agosto do ano passado, quando uma quadrilha cavou um túnel de 80 metros durante um fim de semana, chegou à casa-forte



do Banco Central e levou cerca de R\$ 150 milhões. Não foi o primeiro assalto ao BC, mas o que entrou para as estatísticas policiais como o maior já feito contra uma instituição financeira no país.



Escassez de pessoal

O edital do processo seletivo público realizado em 8 de janeiro deste ano não previa, porém, nenhuma vaga de analista. Na Gerência Administrativa (Adbel) – que tem entre suas funções executar a administração financeira e as políticas de recursos humanos, materiais, orçamento e informática da regional –, a carência por esse tipo de profissional é grande.

A mesma situação vive o Departamento do Meio Circulante (Mecir) – ao qual cabe prover a demanda de cédula/moeda, zelar pelo saneamento e planejar e controlar as operações de meio circulante.

No Departamento Econômico (Depec) – que presta assessoria econômica à Diretoria Colegiada do Banco Central e elabora e divulga informações econômico-financeiras seriam precisos mais dois analistas para manter o padrão atual de atividade do departamento. No Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições

Não-Bancárias e de Atendimento de Demandas e Reclamações (Desuc), encarregado, entre outras atribuições, de fiscalizar as cooperativas de crédito, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as administradoras de consórcio, bem como promover o atendimento ao cidadão, o quadro está completo.

É assim também no Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e

“Não há uma política explícita da direção do Banco Central de esvaziar a Representação Regional de Belém, mas na prática percebe-se uma intenção deliberada nesse sentido com a falta de renovação do pessoal”

ORLANDO BORDALLO JR., Sinal/BELÉM

Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic) – ao qual compete atuar no sentido de prevenir ilícitos cambiais e financeiros e acompanhar as providências adotadas pelas instituições que integram do Sistema Financeiro Nacional quanto à prevenção à lavagem de dinheiro.

A escassez de pessoal também tem atrasado a recriação do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Pelo menos quatro analistas teriam de ser contratados ou transferidos de outras regionais para viabilizar a implantação na Representação Regional de

Belém do departamento encarregado da concessão de autorização às instituições financeiras para que operem no país, de avaliar fusões e incorporações e realizar estudos voltados à organização do Sistema Financeiro Nacional.

Antes da reestruturação de 1999, o Deorf integrava o organograma da Representação Regional de Belém. A recriação do departamento traria como vantagem principal a agilização dos processos de autorização para o funcionamento das instituições financeiras e administradoras de consórcio, alterações estatutárias e homologação de atas de eleição de administradores de cooperativas, que desde a reestruturação de 1999 passaram a ser analisadas e decididas em Recife.

“O concurso não supriu nenhuma dessas necessidades”, afirma Orlando Bordallo Jr.. “No processo seletivo de outubro do ano passado, que incluía analistas, não houve inscrição de nenhum candidato para a Representação Regional de Belém.”

Região Norte a ver navios

O Sinal sempre defendeu que todas as capitais brasileiras tivessem uma representação regional do Banco Central. A região Norte, quer do ponto de vista estratégico, por causa de dimensão geográfica, quer por preocupação geopolítica, em virtude da importância regional para a soberania do país, deveria ter pelo menos duas regionais: além da de Belém, uma em Manaus. A realidade, todavia, é outra. A Região não só não tem uma nova representação, como também se de-

fronta com um processo de precariedade da regional que existe.

Criada nos anos 70, a Representação Regional do Banco Central em Belém tem papel essencial para um país de território continental, como o Brasil. Ela atende a nada menos de nove unidades da federação: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, até o Pantanal, e parte do Estado de Tocantins – a chamada Amazônia Legal, que abrange uma área correspondente a mais de 50% do território nacional. Só não é a mais importante das regionais nos indicadores de densidade populacional e bancária.

Até ser gradativamente esvaziada, a Representação Regional do Banco Central em Belém era fundamental na assistência às prefeituras de toda a região, que pleiteavam ou já tinham aprovados pedidos de financiamento do governo federal. Hoje, os prefeitos têm de ir tratar desses assuntos diretamente, em Brasília.

Enfraquecida, a regional passou a ter uma atuação cada vez mais figurativa e restrita a um papel secundário, no qual a atividade principal se limita à distribuição de dinheiro. A perseverança dos funcionários que já poderiam estar gozando a aposentadoria em casa apenas adia o desfecho de uma situação de abandono.

O número 8 da revista **Por Sinal**, de agosto de 2003, dedicou quatro páginas de reportagem ao enfraquecimento das atividades do Banco Central no Norte do Brasil. O quadro era preocupante. Num momento em que o governo federal lançava um pacote de medidas de es-



“Apesar da qualificação dos técnicos que ainda mantêm de pé a Representação Regional de Belém, falta gente e estrutura para atender à demanda da região. Continuamos órfãos do Banco Central. A Amazônia está abandonada.”

VALDECIR PALHARES, presidente da Central de Cooperativas de Crédito da Amazônia (Sicoob/Amazônia)

tímulo às cooperativas e ao microcrédito, que passavam por um processo de franca expansão econômica na Amazônia, a estrutura da representação regional do Banco, alquebrada pela reforma de 1999, encontrava-se despreparada para dar suporte sequer às cooperativas de crédito já existentes, quanto mais para atender às que, se esperava, viriam a ser criadas com os incentivos governamentais.

“A economia amazônica tem um de seus pilares no extrativismo e na agricultura, com grandes chances de crescer com o incremento do cooperativismo e do microcrédito, mas parece que o Banco Central desconhece essa

realidade”, alertava Valdecir Palhares, presidente da Central de Cooperativas de Crédito da Amazônia (Sicoob/Amazônia). Na época, atuavam na região 87 cooperativas de crédito.

O preço do esvaziamento

De lá para cá, apesar do pacote do governo, não surgiu mais nenhuma. A expectativa de um crescimento significativo do setor com as medidas anunciadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 25 de junho de 2003, esbarrou na burocracia. E burocracia, em lugares tão distantes do Brasil, é sinônimo de ausência do Banco Central.

O esvaziamento da Representação Regional de Belém só se traduziu em mais dificuldades e custos para o funcionamento das cooperativas, obrigadas a recorrer ao Deorf de Recife, a 3 mil quilômetros de distância, até mesmo questões de substituição de dirigentes que, por lei, devem ser comunicadas ao Banco Central. A prestação de contas à fiscalização do BC, outra providência legal, implica o deslocamento até o Deorf da Representação Regional de Belo Horizonte, em Minas Gerais, distante cerca de 2.400 quilômetros de Belém do Pará.

“Desde o pacote do governo Lula, não se criou nenhuma nova cooperativa na região”, desconsola-se Valdecir Palhares. “Apesar da qualificação dos técnicos que ainda mantêm de pé a Representação Regional de Belém, falta gente e estrutura para atender à demanda da região. Continuamos órfãos do Banco Central. A Amazônia está abandonada.” 

Sinal discute no Congresso combate à corrupção

REPRESENTANTES DO SINDICATO VÃO À SUB-RELATORIA DE NORMAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E SUGEREM A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INTELIGÊNCIA NO BANCO CENTRAL E O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA INIBIR E PUNIR ESCÂNDALOS NO SISTEMA FINANCEIRO

LUIS CARRUJO

No dia 2 de fevereiro, foram ouvidos pela Sub-relatoria de Normas de Combate à Corrupção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, David Falcão, e o ex-presidente da entidade Paulo Eduardo de Freitas, analista do BC cedido à CPMI dos Correios. O Sinal foi convidado a apresentar propostas e informações para que se sistematizem meios mais eficientes de combate à corrupção e a escândalos, como os dos Bancos Rural, Santos e BMG. A sessão, solicitada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPMI, foi presidida pelo relator da Sub-relatoria, deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS)

O parlamentar explicou que o sindicato foi convidado a contribuir

com a CPMI em razão de a entidade ter, historicamente, trabalhado e enfrentado a questão da corrupção, da lavagem de dinheiro no Brasil. “Na recente revista editada pelo Sinal, percebi uma preocupação, que permeia os dirigentes sindicais e todos os servidores do Banco Central, sobre o assunto. Além disso, o BC tem uma atividade inquestionável no disciplinamento, no acompanhamento na fiscalização do sistema financeiro brasileiro, um dos países latino-americanos mais permeáveis no que se refere à corrupção e na lavagem do dinheiro”, avaliou.

Para o deputado Lorenzoni, é importante recolher a experiência daqueles que vivem no cotidiano, como os funcionários do BC. “Já tivemos aqui aqueles que fazem o processo político de direção da instituição. Mas sempre valorizo a leitura de dentro, dos que têm a

responsabilidade de aplicar a lei e de enfrentar as dificuldades na aplicação da lei”, acrescentou. Ele disse que a proposta da Sub-relatoria é fazer novo desenho institucional, propondo mudanças no combate à lavagem de dinheiro. “Tem de haver modificações, por exemplo, das funções e atribuições no Tribunal de Contas da União, da CGU, do Coaf e até da estrutura do Judiciário”, defendeu. Outro aspecto a ser trabalhado, segundo Lorenzoni, será o eixo de modificações na legislação, propondo modificações pontuais no plano constitucional e no plano infraconstitucional, com o objetivo de melhorar o desempenho de controles públicos no Brasil.

Na exposição das propostas, David Falcão ressaltou que um dos instrumentos para melhor fiscalizar as irregularidades no sistema financeiro é a autonomia opera-



cional, técnica e orçamentária do Banco Central. Na sua opinião, a autonomia operacional do BC livra o órgão de influências de ordem política e do governo federal. Falcão argumenta que, para isso, seria necessário que o BC possuísse autonomia orçamentária de forma a não sofrer contingenciamento de recursos, como ocorreu em 2005, quando apenas 50% da verba aprovada foi destinada ao Bacen. Sem recursos, a supervisão e a fiscalização ficam prejudicadas. A autonomia técnica garantindo o pleno exercício dos fiscais também teria de ser aprovada, a fim de que os funcionários estejam livres de pressões externas, tanto do governo quanto do mercado financeiro.

O presidente do Sinal propôs, também, maior integração entre os órgãos que hoje integram o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf): Ministério Público, Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, etc. Para ele, a fragmentação das forças dificulta o rastreamento de ilicitudes e leva à impunidade.

Outras sugestões foram o fortalecimento dos órgãos fiscalizatórios com o aparelhamento de recursos e de pessoal e a reformulação do arcabouço legal para que o direito do inspetor de fiscalização seja resguardado, o que não acontece hoje.

Já Paulo de Freitas apresentou as seguintes recomendações ao relator da Sub-relatoria:

- a criação de um Centro de Inteli-

gência no Banco Central. Esse órgão seria responsável por construir um banco de dados de pessoas e empresas, que transitam no mercado financeiro, facilitando a fiscalização do BC contra agentes que promovem a lavagem de dinheiro. Com o banco de dados, os fiscais do Banco Central teriam condições mais favoráveis de monitorar as aplicações financeiras e os vários caminhos que o dinheiro percorre no país. A implementação desse centro não exige a aprovação de lei. Seria uma decisão de âmbito interno do BC.

- a extinção do Conselheiro, órgão de segunda instância ao qual as partes investigadas podem recorrer contra decisões e penalidades aplicadas pelo BC. O Conselho de Re-

cursos do Sistema Financeiro é formado por oito pessoas (quatro indicadas por instituições públicas e quadro vindas do mercado financeiro). Esse colegiado só se reúne quando acionado

e, muitas vezes, desautoriza as decisões do BC, reduzindo as penalidades dos bancos que descumpriram as normas, como ocorreu com o Banco Rural.

Na audiência pública, Paulo de Freitas observou, ainda, que as operações de balcão dos títulos de ren-

das fixa e variável executadas pelos fundos de pensão alimentam a rede de corrupção. A saída seria proibir esse tipo de transação, instituindo o leilão eletrônico para essas aplicações, assegurando o preço de mercado e não o combinado entre o emissor e o fundo de pensão.

O deputado Onyx Lorenzoni adiantou que a equipe técnica da CPMI iria aproveitar pontos apresentados pelos dirigentes do Sinal para o aprimoramento legal do desenho institucional do país. “Cada contribuição dada será encaixada de forma a constituir o relatório final. E, sem dúvida nenhuma, as contribuições que o Sinal trouxe são relevantes. Serão

utilizadas e explicitadas no relatório final como uma contribuição da categoria”, assegurou.

Presente à audiência, o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, observou que, entre as propostas apresentadas pelos dirigentes do Sinal, chamou-lhe a atenção a que propõe o fortalecimento das instituições de fiscalização para inibir e punir escândalos no sistema financeiro. “O fiscal e o auditor não podem ser suscetíveis a políticas internas de cadastramento. Eles precisam de poder para mostrar a verdade, independentemente das políticas internas do BC, defende. 

Um BC com autonomia, sim, mas com controle social

Desde a sua origem, o Sinal vem contribuindo com a sociedade, patrocinando ou participando de discussões sobre a autonomia do BC. Em sua 20ª AND – Assembleia Nacional Deliberativa, realizada em novembro de 2004, o Sindicato reafirmou suas teses históricas, na busca de um Banco Central que traduza as contradições da sociedade e não atenda apenas aos interesses do mercado.

Em síntese, aquela assembleia definiu três questões fundamentais a serem consideradas no desenho de um BC autônomo:

1. Autonomia deve ser entendida como “o direito de reger-se segundo leis próprias”, leis essas pautadas pela sociedade, e não pelo mercado financeiro. O BC deve ser autônomo em relação ao poder político e ao poder

hegemônico do sistema financeiro, através dos seguintes mecanismos:

- Ampliação do CMN, a fim de permitir a participação da sociedade civil organizada, neutralizando, assim, a dependência em relação àquele sistema;
- Consolidação da autonomia operacional, que garantirá ao próprio BC a capacidade de auto-administrar-se e à sociedade formas democráticas de intervenção na definição das políticas essenciais do BC.

2. Missão institucional calcada em três eixos: estabilidade da moeda com desenvolvimento econômico e social; solidez do sistema financeiro; e proteção da economia popular.

3. Mandato fixo para o presidente e os diretores do BC, coincidente com o do presidente da República.

A dívida pública brasileira: uma síntese radiográfica

De um modo objetivo, podemos dizer que a análise da dívida pública brasileira deverá tomar como ponto de partida o seu montante, os prazos de vencimento dos títulos e o valor dos juros a serem pagos periodicamente. Veremos agora o comportamento de cada um desses três aspectos.

I - Variação do montante da dívida pública em períodos recentes

A variável utilizada para mensurar a solvência de um país é a relação entre a dívida pública e o PIB. No caso brasileiro, a evolução nos últimos dez anos partiu de 21,8% do PIB, em 1996, para um patamar mais do que duas vezes superior, isto é, 50,1% em 2005. A explosão da dívida pública começa em 1994, pois a liberalização das importações de bens de consumo foi um componente fundamental na estratégia de estabilização de preços do Plano Real. Quando as taxas de juros nacionais são mais elevadas do que a dos demais países, aplicadores estrangeiros passam a adquirir títulos no país, aumentando o volume de dólares no mercado financeiro nacional. Pela lei da oferta e da procura, o aumento da quantidade de dólares contribui para a queda de seu preço em reais. Quando a moeda nacional se valoriza, as importações crescem e os preços internos tendem a se estabilizar. Em compensação, as finanças públicas são prejudicadas devido ao volume de juros pagos pelo Tesouro, e a renda interna diminui, pois a valorização da moeda nacional dificulta as vendas ao exterior, reduzindo a produção e o emprego nas atividades exportadoras. No caso brasileiro, o excedente de gastos em dólares com as importações na década de 90 foi compensado pelo ingresso desta moeda em aplicações financeiras. As importações auxiliaram a manutenção da estabilidade de preços, mas assistimos a uma expansão extraordinária da dívida pública.

II – Os prazos de vencimento e o alongamento da dívida pública

Os prazos de vencimento dos títulos influenciam diretamente a condição de solvência do Tesouro. A política de lançamento de títulos com prazo de vencimento alongado é um importante fator para assegurar um melhor planejamento do financiamen-

to da dívida pública. A colocação de títulos com prazos cada vez mais longos se depara, contudo, com apreensões dos investidores em relação ao valor do capital a ser resgatado no vencimento. A inflação corrói o poder de compra da moeda, e se o Tesouro emite títulos com prazos de, por exemplo, 30 anos, alguma garantia deve ser oferecida aos credores quanto a eventuais perdas do valor real do capital emprestado. A solução encontrada em anos anteriores foi a utilização da própria taxa de juros praticada nas operações com títulos públicos (taxa Selic) como indexador.

“Uma queda da taxa de juros até o fim do ano para um nível entre 13% ou 14% irá permitir a convergência gradual entre o atual volume de superávit primário e o pagamento dos juros, permitindo assim a estabilização do volume da dívida pública federal.”

Todavia, a indexação dos títulos públicos, a Selic, pode produzir um efeito perverso sobre o setor público. Uma eventual majoração dos juros correntes irá impactar todo o estoque da dívida atrelado à Selic. A utilização do IPCA como indexador aproxima a atualização monetária dos títulos de longo prazo das variações de preços sentidas pelo consumidor e pelas empresas em seus gastos correntes. (Ver tabela no alto da página seguinte)

A política de adotar indexadores de preços tem contribuído para o alongamento dos prazos médios de vencimentos de títulos. Já em fevereiro de 2006, o Tesouro Nacional logrou atingir um prazo médio de vencimento de títulos superior a 29 meses. Isto foi obtido graças ao lançamento de títulos indexados a índi-

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL (DPMF) POR INDEXADOR - 1995 - 2006 (FEVEREIRO)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pré-Fixada	42,7%	61,0%	40,9%	1,7%	9,2%	14,8%	7,8%	2,2%	12,5%	20,1%	27,9%	27,9%
Indexada	57,3%	39,0%	59,1%	98,3%	90,8%	85,2%	92,2%	97,8%	87,5%	79,9%	72,1%	72,1%
Selic	37,8%	18,6%	34,8%	71,0%	61,1%	52,2%	52,8%	60,8%	61,4%	52,4%	51,8%	47,2%
Câmbio	5,3%	9,4%	15,4%	20,9%	24,2%	22,3%	28,6%	22,4%	10,8%	9,9%	2,7%	2,4%
Índices de Preços	5,3%	1,8%	0,3%	0,4%	2,4%	5,9%	7,0%	12,5%	13,5%	14,9%	15,5%	20,5%
Outros	9,0%	9,3%	8,6%	6,1%	3,1%	4,8%	3,8%	2,1%	1,8%	2,7%	2,1%	2,1%

Fonte: Bacen - Notas Para Imprensa (Vários) e Séries Temporais

ces de preços, de até 55 meses. A aquisição desses novos títulos é feita incluindo títulos antigos – de menor prazo de vencimento – como parte do pagamento. Levando em conta que, no ano passado, o prazo médio de vencimento estava próximo a 15 meses, a melhora é substancial.

III – Pagamento de juros e solvência do Tesouro

Governos só podem pagar suas obrigações financeiras de três formas: fabricando dinheiro, aumentando a dívida ou destinando uma parcela dos recursos arrecadados com impostos para pagamento de juros e amortizações. A primeira hipótese costuma ser evitada, pois o aumento do volume de dinheiro em circulação, sem que haja aumento prévio do volume de produção nacional de bens, irá acarretar aumento dos preços. A segunda foi utilizada pelo governo Fernando Henrique de forma abusiva, e teve como consequência fortes prejuízos à situação financeira do Tesouro. A terceira se traduz no chamado superávit fiscal, que é o nome dado para a diferença entre os recursos arrecadados pelo governo e os gastos com despesas não-financeiras. O superávit fiscal é, portanto, o indicador da capacidade de o governo honrar seus compromissos com credores sem precisar expandir a dívida já existente. O quadro abaixo demonstra a atual relação entre superávit fiscal e pagamento de juros da dívida pública no Brasil:

O superávit primário apresenta trajetória ascendente, porém ainda distante de atingir integralmente o valor dos juros da dívida. Uma parte dos juros ainda vem sendo paga com expansão da dívida, solução inadequada, pois tende a agravar o quadro das finanças públicas. Aumentar o superávit pode ser socialmente injusto, travando as políticas públicas. Resta saber se as taxas de juros pagas pelo governo podem ser diminuídas.

Quando verificamos a atual situação do país, identificamos um aspecto muito favorável sob a ótica do Balanço de Pagamentos. Além de a conjuntura econômica internacional se mostrar expansiva, foi desenvolvida uma política externa com impactos extremamente favoráveis sobre o crescimento das vendas do Brasil para outros países. Assim, o ingresso de dólares está sendo sustentado pelo nosso superávit comercial, e não depende de taxas de juros elevadas como principal pilar do equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Quanto aos níveis de inflação, podemos dizer que se estabilizaram em um patamar ainda alto, porém aceitável para um país que necessita expandir seus padrões de consumo e faz um esforço significativo, através de diversas políticas governamentais, para eliminar condições de miséria em parcelas expressivas da população. A fixação de uma meta inflacionária em torno de 5% ao ano permite que os juros praticados pelo Banco Central continuem declinando substancialmente. Uma queda da taxa de juros até o fim do ano para um nível entre 13% ou 14% irá permitir a convergência gradual entre o atual volume de superávit primário e o pagamento dos

juros, permitindo assim a estabilização do volume da dívida pública federal. 

* Doutor em Economia no Instituto de Economia da UFJR

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Superávit Primário	-9,1%	-9,3%	1,1%	2,9%	3,3%	3,5%	3,3%	4,1%	4,4%	4,8%
Juros Nominiais	5,5%	4,8%	7,4%	8,2%	6,8%	6,9%	7,2%	9,1%	6,9%	8,1%

Fonte: Bacen - Séries Temporais

“Se você não tiver normas eficientes, não adianta nada fiscalizar”

No 21º andar do emblemático prédio do Banco Central, Paulo Cavalheiro, à frente da poderosa Diretoria de Fiscalização (Difis) do órgão, recebeu a revista Por Sinal para uma entrevista de mais de três horas. Interessado em esclarecer alguns fatos que por sua natureza polêmica geram dúvidas e desconfiança tanto dentro da instituição como na sociedade, Cavalheiro não deixou de responder a qualquer pergunta dentro do perímetro de sua área de atuação. O Diretor comentou os abalos sísmicos provocados pelos bancos Rural e Santos. Transferiu para o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e o Ministério Público a responsabilidade de investigar casos de lavagem de dinheiro e admitiu que o sistema financeiro não está imune a novas liquidações bancárias decorrentes de gerenciamento fraudulento. Assegurou que o BC agiu corrente em ambos os casos, embora reconheça ser difícil avaliar qual o momento certo de intervir em uma instituição por causa de elementos subjetivos que interferem na avaliação técnica da fiscalização. Cavalheiro acredita que a imagem do BC junto à opinião pública não é positiva por conta de medidas aparentemente antipáticas que adota, como a manutenção da taxa Selic nos patamares atuais. Sobre a mudança no sistema de atendimento ao público, ele revelou que realmente houve problemas na sua implementação, mas defendeu a mudança, para ele, favorável para o público.



fazer referência a um importante preceito internacional, presente em vários textos emitidos pelo Comitê de Basileia, segundo o qual o seu objetivo primordial é assegurar e estimular a estabilidade do sistema financeiro. Independentemente disso, a fiscalização atua fortemente no sentido de detectar, o mais cedo possível, problemas que possam afetar a continuidade de instituições financeiras, e de adotar medidas para as correções devidas. Porém, segundo esse preceito, não se pode atribuir ao supervisor o papel de impedir que bancos quebrem,

LUIS CARRIJO

■ Qual o papel da fiscalização do BC?

Na missão do BC, encontram-se descritas duas atividades fundamentais para o país: preservar o poder de compra da moeda nacional e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional. Esse último nos remete à supervisão de bancos e de outras instituições financeiras. Ademais, na área de fiscalização, o Banco Central tem outras atividades não descritas na sua missão, mas que decorrem de leis específicas, como a fiscalização de administradoras de consórcios, das operações de câmbio e do registro de capitais internacionais.

A Difis é responsável, também, por supervisionar o atendimento pelas instituições financeiras das denúncias e das reclamações apresentadas pelos cidadãos. É uma atividade estratégica da área, razão pela qual estamos investindo muitos recursos para melhorar ainda mais esse serviço prestado ao cidadão.

Além disso, cabe a Difis atuar em um conjunto de normas decorrentes de lei ou de decisões do Conselho Monetário Nacional, circunstância que torna o universo da área de fiscalização, ou supervisão bancária, bastante diversificada.

Específico ao papel do supervisor bancário, gostaria de

ou esperar que ele dê garantias de que bancos não irão quebrar, uma vez que essa possibilidade integra o risco existente no funcionamento do mercado.

Gostaria de mencionar, com relação à estabilidade do sistema financeiro, que a Difis é responsável apenas pela fiscalização, existindo, em outras diretorias do Banco, atividades relacionadas com esse aspecto da missão do BC. A supervisão é apenas parte do processo. Há o processo regulador. Se você não tiver normas eficientes não adianta nada fiscalizar. Isso é consequência.

■ Você acha que o BC cumpre com eficiência o seu papel?

Sim. Sem dúvida alguma, está cumprindo adequadamente o seu papel, tanto com relação à supervisão do sistema financeiro, quanto com relação às demais atividades de supervisão. É importante ressaltar que uma quebra aqui, outra ali, não significa que o BC não esteja atuando adequadamente. Uma situação mais grave seria, por exemplo, a ocorrência de problemas que afetassem a estabilidade do sistema financeiro como um todo ou em parte. Esse risco está afastado por ora, principalmente, graças ao eficaz trabalho desenvolvido pelas equipes de supervisão.

No que se refere ao cumprimento de normas, ressalta-

se que existem dispositivos regulamentares destinados a coibir práticas irregulares, inclusive aquelas destinadas a utilizar o sistema financeiro para fins de lavagem de dinheiro. Esse aspecto também tem sido objeto de atuação da fiscalização, seja no monitoramento das instituições, seja na aplicação das punições previstas nas normas.

Por outro lado, existem as normas de caráter prudencial, como a regulamentação sobre classificação e constituição de provisões em operações de crédito. Em âmbito internacional não se discute especificamente como deve ser uma norma de crédito, o que se discute é o processo de gerenciamento dos riscos pelas instituições financeiras. A premissa é que, se a empresa for bem administrada, naturalmente ela vai operar bem. Se a administração for deficiente, a consequência direta é a exposição a um risco maior. Nesse aspecto, a fiscalização tem atuado intensamente avaliando os sistemas de gerenciamento das instituições financeiras, com o objetivo de evitar que elas cheguem a uma situação tal que a sua continuidade se torne inviável, levando à necessidade de intervenção do Banco Central. Essa é a razão de termos adotado a supervisão focada em riscos, a exemplo de outras países.

■ **Recentemente, falou-se muito do Banco Rural. Em certos momentos, chegou-se até mesmo a mencionar uma possível ocorrência de falha de supervisão. O senhor considera que o BC foi eficiente na supervisão dessa instituição?**

Sim. Sem dúvida foi. Não gostaria de me aprofundar nessa conversa sobre uma instituição específica, tendo-se em conta que lidamos com informações protegidas por leis de sigilo, mas é importante notar que uma coisa é a divulgação que se dá à situação daquele banco. Outra coisa é a avaliação técnica realizada pelas equipes de fiscalização e as conclusões dali advindas. Concordo que o que se divulga, efetivamente, pode afetar a percepção das pessoas a respeito do que tem sido a supervisão realizada pelo Banco Cen-



tral naquela instituição, porém estou convicto que, no caso, todas as providências cabíveis ao Banco Central foram adotadas tempestivamente.

■ **Não havia uma movimentação estranha, uma anomalia de saque?**

Como procedimento de rotina da fiscalização, também no caso do Rural, tudo que foi detectado e considerado fora de padrão foi reportado ao COAF. Sobre essa questão da lavagem de dinheiro, é importante notar que a função do BC é a de depositário das informações recebidas das instituições financeiras, que são colocadas à disposição daquele Conselho. Enfatizo frisar que a lei não atribui ao BC, em situações dessa natureza, a função de investigar. Não confere poderes ao Banco Central para, por exemplo, chamar um cidadão aqui e inquiri-lo sobre as suas operações financeiras e sobre o que fez com os recursos por ele movimentados. Isso não é nossa função, razão pela qual não há que se falar em combate à lavagem de dinheiro pelo BC, mas sim em prevenção.

De acordo com a lei, o COAF é o responsável por coordenar as ações visando o início das investigações. Ao Banco Central cabe a tarefa de receber as informações e fiscalizar se os bancos estão informando adequadamente, nos termos das normas em vigor. E isso foi feito, tempestiva e corretamente.

■ **Então é o COAF que tinha que ter tomado atitude?**

O simples fato de um cidadão fazer elevados saques, possuindo saldo, por si só não constitui indício de crime. Porém, se os saques elevados são realizados em espécie, sim. Isso é um fato que compete ao COAF, ao Minis-

“De acordo com a lei, o COAF é o responsável por coordenar as ações visando o início das investigações. Ao BC cabe a tarefa de receber as informações e fiscalizar se os bancos estão informando adequadamente, nos termos das normas em vigor.”

“Independentemente de apurações no âmbito do Congresso, ou no de outros entes do poder público, o BC realiza, rotineiramente, o trabalho de supervisão das instituições financeiras, o que inclui a prevenção à lavagem de dinheiro.”



Central realiza, rotineiramente, o trabalho de supervisão das instituições financeiras, o que inclui a prevenção à lavagem de dinheiro. Para isso, temos a programação anual de supervisão.

■ O BC agiu no tempo certo no caso do Banco Rural?

tério Público e a outros órgãos averiguarem uma possível ocorrência de ilícito.

■ A atribuição legal de o BC identificar irregularidade então é limitada?

Não é isso. O que ocorre é que o Banco Central é responsável legalmente pelos procedimentos de prevenção à lavagem, atuando também como receptor e transferidor de informações sobre operações financeiras, especialmente aquelas de valor igual ou superior a R\$ 100 mil reais ou aquelas consideradas suspeitas. No aspecto prevenção, o BC tem a responsabilidade de verificar e agir para que os bancos tenham controles internos adequados para identificar e comunicar essas situações. É importante notar que o BC deve se submeter aos ditames da lei sobre sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001), não sendo agente responsável por sua aplicação. Em tal circunstância, não é lícito ao inspetor acessar dados de clientes dos bancos sem motivação que justifique essa ação. A própria lei estabelece que o acesso, pelo BC, a dados de clientes só é possível se for para condução das atividades de supervisão do SFN (Sistema Financeiro Nacional). Qualquer coisa diferente disso configuraria quebra ilegal de sigilo bancário.

■ Sobre o Banco Rural, essa é a terceira CPI em que o banco está envolvido. Do ponto de vista do BC existe, neste momento, alguma apuração (sobre lavagem de dinheiro)?

Independentemente de apurações no âmbito do Congresso, ou no de outros entes do poder público, o Banco

Central realiza, rotineiramente, o trabalho de supervisão das instituições financeiras, o que inclui a prevenção à lavagem de dinheiro. Para isso, temos a programação anual de supervisão.

Sim. Com certeza, agimos no tempo certo, realizando os trabalhos de fiscalização e de avaliação considerados necessários, bem como tomando as medidas devidas nos momentos oportunos.

Na prática, ocorre que a fiscalização do BC vai aos bancos, examina os controles das operações, conclui a respeito e adota as ações devidas. No caso do Rural, segundo o que foi divulgado pela mídia, teria havido utilização de estruturas operacionais para fins políticos.

■ Mas boatos podem quebrar um banco.

Podem quebrar... ou não.

Na verdade, nem sempre temos como apurar exposições decorrentes de um eventual uso político de qualquer instituição financeira. Contudo, não é lícito ao BC intervir numa instituição somente por ela estar em evidência na mídia, principalmente se essa instituição estiver enquadrada nos limites operacionais, não apresentando problema de liquidez, cumprindo as normas e recolhendo corretamente o compulsório.

Ressaltar que a função primordial do supervisor não é fechar banco. O papel do supervisor é avaliar cuidadosamente a situação e, a partir dela tentar encontrar uma solução, sempre buscando preservar, da melhor forma possível, os direitos dos depositantes. É importante notar que, com o fechamento de um banco, o grande prejudicado é o depositante e não o acionista ou o controlador.

■ E as fusões?

Efetivamente, fusões foram utilizadas com sucesso no passado recente. Quando se detecta uma situação patrimo-

nial de maior gravidade, resta ao controlador encontrar a melhor solução para dar continuidade às operações da Instituição Financeira (IF), seja capitalizando, seja encontrando um comprador. Na verdade, houve vários casos em que a compra de bancos-problema por outras instituições financeiras (IFs), ou a fusão, foi utilizada com sucesso nos últimos anos.



“Como regra geral, devo admitir que é muito difícil definir o momento certo de se intervir numa instituição-problema. Estou aqui há 30 anos e nunca vi um caso sobre o qual se dissesse que foi no momento certo.”

Isso era possível porque havia muitos bancos estrangeiros interessados em ingressar no mercado bancário brasileiro e a única alternativa possível, à época, era a compra de uma instituição que já operasse no mercado brasileiro. Hoje, o ingresso de banco estrangeiro depende apenas de autorização do presidente da República, a qual pode ser concedida de acordo com os interesses do país.

■ Em relação ao Banco Santos, a intervenção do BC aconteceu no momento certo?

Sim. Também com relação àquele banco, não gostaria de me estender muito, por envolver a questão de informações protegidas por sigilo.

Porém, como regra geral, devo admitir que é muito difícil definir o momento certo de se intervir numa instituição-problema. Estou aqui há 30 anos e nunca vi um caso sobre o qual se dissesse que foi no momento certo. A solução de um problema só ocorre satisfatoriamente quando essa solução não acarreta prejuízo para qualquer cidadão, conforme foi possível em várias situações ocorridas no passado recente. Nesse aspecto, a liquidação sempre deve ser a solução de última instância, quando não houver alternativa. Essa questão é tão complicada que, em fóruns internacionais, muitos dos quais participei, até hoje não se chegou a uma conclusão definitiva sobre o momento mais apropriado de se intervir em uma instituição financeira. A questão não é matemática, requerendo o julgamento do supervisor caso a caso. Essa é a razão desenvolvermos treinamentos específicos para vários servidores nessa competência.

■ Então essa questão é mais subjetiva?

Não. As decisões da área de fiscalização sempre são técnicas, embora, nos casos de intervenção e em várias outras situações, sempre estejam presentes elementos de subjetividade. É uma percepção muito complexa, que depende da capacidade de julgamento de quem está fazendo a avaliação e tomando a decisão.

■ No caso do Banco Santos teve fraudes. Elas não foram detectadas por uma falha na fiscalização ou porque não se conseguiu apurá-las por motivos que extrapolam à área de atuação do Banco Central?

Não houve falha da fiscalização, uma vez que a equipe responsável realizou todo o trabalho e as avaliações devidas. Com zelo e competência. Quanto a isso, não há o que se falar.

As avaliações são realizadas com base em documentos das instituições financeiras que também são examinados por auditores externos. O trabalho do auditor externo inclui a circularização de informações. Desse modo, o auditor pode, por exemplo, solicitar confirmação de saldos, inclusive de operações de crédito. Ao Banco Central, cabe analisar a suficiência do trabalho do auditor externo, podendo concluir pela necessidade de se recomendar reforço na circularização.

Ao BC não cabe realizar trabalho de circularização. Imagine o que aconteceria caso alguém recebesse uma carta do BC perguntando: você realmente deve X ao banco? A interpretação imediata de quem recebesse a carta seria a

de que o banco estaria com problemas. Chegamos a examinar possibilidade de realizar esse tipo de procedimento, porém, existem problemas jurídicos e inconveniências de ordem prática que nos impedem de implementar esse tipo de procedimento.

É importante notar que nos últimos anos, houve casos em que o Banco Central, como resultado de avaliações técnicas, determinou ajustes e provisões e recomendou injeção de capital ao Banco Santos. Tudo foi cumprido pela instituição. Depois da intervenção é que se descobriu que os recursos eram oriundos de operações de crédito concedidas pelo banco, tendo a ele retornado como aumento de capital, após passar por vários caminhos. Nesse caso, fica patente a existência de fraude no sentido de enganar o poder público. Dentro desse contexto, em que o auditor faz o trabalho de confirmação de saldo de dívidas em operações de crédito, o devedor confirma sua existência e, posteriormente, vem alegar que parte dos recursos foi aplicada em empresas do grupo a título de reciprocidade no negócio, torna a situação muito mais complicada.

Mais uma vez, é importante ressaltar que, havendo esquemas de fraude, é realmente muito difícil para o supervisor apurar fatos que podem levar à quebra de instituição financeira. Em tais casos, somente depois de detectar indício de fraude, é possível solicitar averiguações mais amplas aos poderes competentes e, assim, confirmar a real extensão do problema.

Depois da empresa liquidada é mais fácil identificar a extensão das fraudes e os artifícios para a sua prática, por

se tratar de trabalho que pode ser realizado pelas comissões de inquérito designadas pelo Banco Central e pelo próprio liquidante. E a experiência mostra que os valores apurados posteriormente, em razão dessa possibilidade de se realizarem trabalhos com maior abrangência, são sempre maiores do que os valores apurados nos processos de supervisão normais.

■ Pode o inspetor propor a intervenção em um banco?

Não. O trabalho de supervisão é conduzido em equipe, atuando os inspetores sob a supervisão direta de um coordenador. Nos casos de instituição-problema, o trabalho é conduzido pelas gerências técnicas, em conjunto com os gabinetes dos departamentos, para avaliação da situação e das medidas corretivas devidas. As propostas de intervenção são elaboradas pelos departamentos de supervisão de IFs e são levadas para discussão com o Diretor de Fiscalização, o qual tem a responsabilidade de apresentá-las para decisão da Diretoria Colegiada. Todas as intervenções em IFs passam pelo exame da Diretoria Colegiada.

■ O inspetor tem proteção legal e do BC para agir com tranqüilidade?

Tem. Em decorrência de previsão legal, o inspetor não pode ser responsabilizado pessoalmente por atos praticados no exercício de suas funções, desde que, naturalmente, pautar sua atuação pelas normas em vigor. Em tal circunstância, responde o BC por eventuais questionamentos feitos em relação a decisões tomadas pelos seus servidores.

■ Mas há inspetores que reclamam que, quando são chamados para depor em processos no Ministério Público, falta-lhes respaldo legal do BC.

A Procuradoria Geral do Banco Central presta o necessário suporte jurídico aos seus servidores do, sempre que isso seja

“No caso do Banco Santos, só depois da intervenção é que se descobriu que os recursos eram oriundos de operações de crédito concedidas pelo banco, tendo a ele retornado como aumento de capital, após passar por vários caminhos.”



necessário. Porém, no caso de depoimentos em que o servidor é convocado como testemunha não se admite a presença ou a assistência de advogado, é um depoimento pessoal. Naturalmente, quando convocado como testemunha, é dever do cidadão dizer o que sabe.

■ Como funciona e como reage o BC a pressões políticas?

A pressão ocorre a partir da manifestação de interesses junto ao Banco Central. Esses interesses sempre existem e é um fato normal em qualquer país. Cabe ao Banco Central saber lidar com isso, sem prejuízo da qualidade das decisões tomadas no dia-a-dia.

Na verdade, busca-se equacionar interesses da sociedade como um todo e não de segmentos específicos. Por exemplo, há pressão de segmentos da sociedade brasileira para a redução da taxa Selic. A fiscalização também não está imune a esse tipo de ocorrência. Porém, o trabalho é sempre realizado segundo parâmetros técnicos compatíveis com as atribuições do BC.

De qualquer forma, gostaria de mencionar que estou há mais de três anos na Diretoria, não tendo observado nenhuma situação em que pressão constituiu fator determinante para qualquer decisão.

■ Dá para evitar casos como o do Banco Santos? Condições de dar o alerta mais cedo, intervir mais cedo? É preciso rever a legislação em relação à liquidação? O Brasil está sujeito ainda a ter casos como esse?

Não falando especificamente sobre o Banco Santos, mas para compreender melhor o que ocorre, considere importante separar as questões envolvidas. O primeiro ponto que quero mencionar é que as instituições não estão imunes a fraudes e as fraudes são sempre muito difíceis de serem detectadas. O que se busca é exigir que as IFs disponham de ins-



trumentos de gestão eficientes, incluindo controles internos adequados e sistemas apropriados de detecção de fraudes. Ademais, sempre há inovação nesse ponto, sempre surgem novas formas de perpetrar fraudes, constituindo-se a cada novo caso, em aprendizado para a área de fiscalização. Por exemplo, a partir do caso Nacional, o BC adotou uma série de procedimentos inovadores de supervisão.

O segundo ponto é que, de forma alguma, podemos assumir culpa por ocorrência de quebras em razão de fraudes. Nesse tipo de situação, cabe ao banqueiro ou ao responsável responder por elas junto ao poder público. No caso, a Justiça.

O terceiro ponto diz respeito à falha de supervisão, que se caracteriza pelo erro de avaliação da situação econômico-financeira e operacional de uma instituição financeira. Ou seja: avaliarmos, como boa, a situação de uma instituição financeira, embora ela esteja mal. Esse, sim, é o tipo de ocorrência que se pode imputar ao supervisor bancário.

■ O sistema financeiro é bem criativo quando faz falcatruas?

Não digo o sistema financeiro. Mas, sem dúvida, uma ou outra instituição pode realizar operações fraudulentas de maneira bastante original, conforme já ocorreu no passado.

Em nível internacional, a questão da fraude não é considerada tão primordial no trabalho de supervisão. Existe, sim, uma preocupação muito forte quando há deficiência na supervisão em termos de regulamentação ou na capacidade de análise da qualidade do banco. Quando se monta um esquema fraudulento muito complicado, aí não

“De forma alguma, podemos assumir culpa por ocorrência de quebras em razão de fraudes. Nesse tipo de situação, cabe ao banqueiro ou ao responsável responder por elas junto ao poder público. No caso, a Justiça.”

“Nas décadas de 80 e 90 houve várias crises em sistemas financeiros em todos os continentes. Segundo dados do FMI, dos 180 países membros, 160 tiveram crises, culminando com o fechamento de muitos bancos.”



É normal. Nas décadas de 80 e 90, houve várias crises em sistemas financeiros, em todos os continentes. Segundo dados do FMI, dos 180 países membros, 160 tiveram crises em seus sistemas financeiros nas últimas décadas, culminando com o fechamento de muitos bancos.

tem muito jeito. Qual seria a solução para evitar ou detectar com alguma antecedência a fraude? A resposta seria rastrear os recursos correspondentes a todos empréstimos do banco. Por exemplo, pegando-se a conta da empresa e verificando o que ela fez com o dinheiro. Pode ser que num banco pequeno isso seja viável, mas quando se transporta isso para um banco com dezenas de milhões de operações de crédito ou de contas de depósitos, essa medida se torna impraticável.

■ Não tem que ter uma forma melhor de fiscalizar as operações, em caso de fraude?

Na ótica da supervisão, a melhor forma de lidar com fraudes é a implementação de sistemáticas adequadas de avaliação dos processos de gestão das instituições financeiras, aí incluídos a governança corporativa, os controles internos (considerando procedimentos de detecção de fraudes) e os sistemas de gestão de riscos. Com isso, tem-se uma clara noção da qualidade do gerenciamento da instituição financeira. É importante ter em mente que o trabalho de detecção de fraudes é, antes de tudo, tarefa da instituição e não propriamente do supervisor. A ele cabe verificar se ela dispõe de instrumentos adequados para tal. Evidentemente, se a instituição não dispõe de tais instrumentos, cabe ao supervisor adotar os procedimentos de correção necessários. Para tanto, deve ele ter o poder de exigir capital adicional para cobrir riscos de fraudes, em se verificando debilidades nesse aspecto.

■ É normal quebrar um banco em outros países?

■ Mas tem dinheiro público que entra para evitar quebras....

No passado, teve. Atualmente, essa opção não é possível, porque não existe autorização legal para tal.

■ Quais são as dificuldades que o BC enfrenta para fazer a fiscalização? O que dá para melhorar? Depende do BC? É preciso integração entre os outros órgãos?

As dificuldades são próprias da atividade de supervisão e decorrem de sua complexidade. A Difis vem implementando, ao longo dos últimos anos, importantes aperfeiçoamentos nos sistemas e nas metodologias de fiscalização, com resultados satisfatórios.

Quanto à integração com outros órgãos, dividiria o tema em três tópicos. Primeiro, com relação ao Judiciário e ao Ministério Público, acho que, se olharmos a questão do ponto de vista jurídico, não existe necessidade de integração maior com essas entidades. O BC realiza o seu trabalho e provê o Ministério Público e o Judiciário com as informações de que dispõe. O relacionamento com o Judiciário não apresenta problemas, sendo o BC um grande colaborador para o bom funcionamento desse poder. As atividades desenvolvidas para atendimento de demandas de circularização de decisões do Poder Judiciário são evidências do nível de colaboração prestada pelo BC.

Em segundo lugar, em relação a outros supervisores do setor financeiro no país, o BC tem tido um relacionamento muito proveitoso com entidades como a CVM, a Susep e a SPC. Devo, porém, admitir que a interação com algumas delas apresenta dificuldades em razão das naturais diferenças de abordagem

em relação ao processo de supervisão.

Finalmente, com relação aos supervisores do exterior, o BC tem interação para fins de supervisão bastante acentuada com instituições responsáveis por relevantes tarefas de supervisão de bancos estrangeiros no País ou de bancos brasileiros no

exterior. Como exemplos: Banco de Espanha; FSA, da Inglaterra; Banco da Holanda; Fed e OCC, dos Estados Unidos. Em termos de integração com outros órgãos do país e do exterior, já conseguimos um grau de evolução bastante satisfatório.

■ Deveria ter alguma mudança na legislação?

Na parte de liquidação, sim. Existe um projeto que está sendo coordenado pelo BC. Em verdade, temos uma lei, de 1974, que se encontra bastante defasada em relação às necessidades atuais.

■ O déficit de pessoal no BC também não acarreta atrasos na fiscalização e nas análises?

Se olharmos o número de pessoas que tem a fiscalização, a conclusão é a de que a quantidade é suficiente. São 1.300 servidores ao todo. Contudo, há problemas relacionados com a distribuição da força de trabalho. Basicamente, existe deficiência nos quantitativos de Brasília e de São Paulo. Essa deficiência pode, eventualmente, acarretar atraso na execução de tarefas a cargo dos componentes de fiscalização dessas praças. Para contornar esse problema, ainda que de forma paliativa, alocamos determinadas atividades em praças onde há disponibilidade de pessoal na fiscalização. Porém, é preciso ficar claro que esse tipo de medida tem alcance limitado, uma vez que a maioria das atividades de fiscalização requer a locação das pessoas nas praças mais próximas de onde estão as instituições. O ideal seria que pudéssemos alocar as pessoas onde está o trabalho e não o contrário.

■ Como é que se resolve isso?



“Se olharmos o número de pessoas que tem a fiscalização do BC, a conclusão é a de que a quantidade é suficiente. São 1.300 servidores ao todo. Contudo, há problemas relacionados com a distribuição da força de trabalho.”

Em curto prazo, não vejo solução. A menos que fizéssemos o que foi feito em 1999, com transferência de pessoal para as praças em que há carência. Mas essa medida está afastada no momento, em razão dos problemas decorrentes à adoção dessa medida naquele ano.

■ Até que ponto é possível descentralizar?

O trabalho de fiscalização já é todo descentralizado. A supervisão das IFs é toda realizada pelas gerências técnicas, estando na sede dos departamentos apenas as atividades de coordenação e de supervisão. Estamos redistribuindo algumas atividades para regionais, naqueles casos em que isso é possível. Como exemplos, transferimos a atividade de atendimento ao Judiciário para Fortaleza e estamos transferindo algumas atividades de instauração de PAs (processos administrativos) para Salvador. Porém, esse tipo de redistribuição de trabalho de certa forma contraria o princípio da descentralização, uma vez que, na prática, estamos centralizando em algum local do país atividades que deveriam ser realizadas em locais mais próximos de onde estão os interessados.

■ A instauração de um processo se inicia na inspeção?

Exatamente. Assim que detectadas situações que podem ensejar a instauração de processo administrativo punitivo, a medida mais recomendável é que as equipes de supervisão delimitem o fato a ser pesquisado e já iniciem a coleta da comprovação necessária. Na fase de elaboração dos relatórios, deve-se cuidar da descrição da tipificação do fato e da juntada da documentação necessária. Assim procedendo, fica muito mais fácil e mais ágil a instauração do

PA e, em conseqüência, a punição dos envolvidos.

■ Há funcionários que querem sair de São Paulo?

Sim. Em menor quantidade, de Brasília também. O que acontece é que cidades como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte dispõem de uma ótima estrutura universitária, formando, todos os anos, profissionais de alta qualificação, sem a correspondente oferta de empregos. Essa realidade permite a aprovação de muitas dessas pessoas e de outras praças em concursos destinados a atender a necessidades de pessoal do Banco em Brasília e em São Paulo. Uma vez ingressados no Banco, começam as pressões desses servidores para mudança de praça. Porém, o atendimento desse tipo de pleito está cada vez mais difícil, à medida que o processo de mobilidade não pode, de forma alguma, acarretar prejuízos para as atividades do Banco. Hoje, existem áreas da fiscalização, em São Paulo, por exemplo, que já estão no risco de não poderem continuar realizando a contento suas atividades, por falta de pessoal. A minha avaliação é que não é possível liberar servidores em Brasília e em São Paulo, nas atuais circunstâncias, em razão do elevado risco de continuidade de importantes atividades de fiscalização.

■ Você acha que a opinião pública tem uma imagem positiva do BC?

O que acontece é que o BC, em razão de suas atribuições legais, tem de tomar medidas às vezes antipáticas, contrariando interesses de algumas pessoas. Talvez essa circunstância possa levar à percepção negativa sobre a atuação do BC.

■ Tem uma questão que também contribui para essa antipatia do BC que é o problema das CAPs (Centrais de Atendimento ao Público). Quais são os planos em relação às CAPs?

Recentemente, houve alterações na estrutura de atendimento ao público. Foram mantidas na Secretaria de Relações Institucionais (Surel) as atividades de atendimento primário ao cidadão, incluindo os pedidos de informações, transferindo-se para a supervisão o atendimento prestado pelas instituições financeiras com respeito a denúncias e a reclamações. Nesse aspecto, a mudança foi no sentido de melhorar esse importante serviço à sociedade.

Prevvia-se a centralização em Brasília, do atendimento primário, de forma a liberar servidores imediatamente para dar um tratamento melhor na área da fiscalização das questões apresentadas pelos cidadãos. Porém, tivemos problemas na implementação do novo sistema. A Administração do BC, juntamente com a Fiscalização e a Surel, estão cuidando da solução. Deveremos ter notícias em breve sobre as soluções encontradas.

■ Tirando a questão do atendimento telefônico, essa transferência é favorável? Vai agilizar o trânsito das informações?

Sim, a transferência é favorável. As pessoas são as mesmas. Quem veio para a Difis já trabalhava com isso. Porém, a principal mudança está na abordagem relativa ao atendimento pelas IFs das denúncias e das reclamações. Se não trabalharmos no sentido de reduzi-las, ficaria muito difícil ter sucesso nessa atividade. O que se pretende fazer é baixar norma para obrigar os bancos a terem estrutura tipo ouvidoria. Além disso, induzir as pessoas a que, primeiramente, dirijam-se às ouvidorias das instituições, reduzindo-se, no BC, o atendimento primário. Dessa forma, viriam para o BC apenas as questões não resolvidas pelas IFs. A Susep (Superintendência de Seguros Privados) já fez isso com sucesso.

Manter atendimento primário, antes de o cliente recorrer à estrutura apropriada das IFs, seria duplicar indevidamente aqui, no BC, as estruturas mantidas pelo setor financeiro para esse fim. Ademais, os clientes são das instituições e não do BC, razão pela qual se afigura racional exigir que dêem tratamento adequado a essa questão.

■ Algumas pessoas da própria área de fiscalização reclamam da excessiva ênfase na supervisão indireta, em prejuízo dos trabalhos de fiscalização direta nas IFs.

O BC adota modelo de supervisão recomendado internacionalmente, qual seja: supervisão focada em riscos, conduzida por meio da combinação de supervisão indireta e supervisão direta. Não existe ênfase excessiva em nenhuma dessas formas. Naturalmente, pelas características do tipo de atividade, a supervisão indireta requer o emprego de muito menos pessoas do que a supervisão direta. Hoje, temos menos de 5% do quadro envolvido na supervisão indireta. 

Banco Central: último reduto conservador

O governo Lula vai se aproximando do fim de seus primeiros quatro anos de mandato. São inegáveis as mudanças na política externa, mais soberana e menos dependente do império do norte, consubstanciada na defesa da integração da América do Sul, da paz entre as nações e de um mundo multipolar. Conquistas importantes podem ser verificadas também no BNDES e demais instituições financeiras públicas, que ampliaram o crédito para investimentos, além do incentivo ao microcrédito e das medidas de inclusão bancária que beneficiaram as populações de mais baixa renda. A definição de políticas industriais, o investimento na ampliação do sistema de ensino superior público e no desenvolvimento científico e tecnológico também se inserem num projeto maior de nação. Todas essas medidas e projetos, entretanto, foram travados pela condução conservadora do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Depois da queda de Antônio Palocci, decorrente da intensa luta entre a oposição tucano-pefelista e o governo Lula, restou a diretoria do Banco Central — que persiste sob sólida influência do pensamento hegemônico neoliberal reforçado pelo Consenso de Washington (agenda criada pelo economista britânico John Williamson, em 1989, para a América Latina). A questão é que até alguns teóricos responsáveis pela demonização do Estado, pela santificação do mercado, pela precarização do trabalho, entre outras pérolas, já admitem rever alguns conceitos. Aqui, entretanto, o BC continua firme no rumo mais conservador e as mudanças em sua diretoria, anunciadas em 6 de abril de 2006, somente reforçam essa tendência.

Em 12 de dezembro de 2002, os servidores do Banco Central, reunidos na sua 19ª Assembléia Nacional Deliberativa em Brasília, se dirigiram à sociedade brasileira e ao presidente eleito Lula da Silva mediante manifesto que, entre outras questões, externava "... a nossa profunda perplexidade e apreensão com a indicação do senhor Henrique de Campos Meirelles, ex-presidente do Banco de Boston e recém-eleito deputado federal pelo PSDB, para a presidência do Banco Central do Brasil..." Constatava, em seguida, que "nos últimos anos, o governo que ora se

despede, optou por manter a moeda sobrevalorizada e a taxa de juros elevada, responsáveis pelo agravamento da nossa dependência de recursos financeiros externos, por um crescimento econômico pífio e um aumento descomunal da dívida pública. Na realidade, foi um período em que os grandes beneficiários foram os banqueiros e um seleto grupo de especuladores, em detrimento da maioria do povo brasileiro".

Mais adiante, depois de se referir ao inequívoco recado das urnas pela mudança de rumos na política econômica, concluía que: "O Banco Central do Brasil, quer na figura de seus servidores, quer pela sua futura e total nova diretoria, deve claramente estar comprometido com o crescimento, com o desenvolvimento econômico e com a soberania nacional." E, finalmente, afirmava: "Esperamos, sinceramente, que nossa apreensão e temores sejam infundados e não venham a se confirmar. Que o senhor Henrique Meirelles, todos os novos diretores a serem indicados e os novos chefes de unidade, a serem designados em substituição aos atuais, possam dissipar nossa preocupação e conduzir o Banco Central do Brasil no rumo das mudanças defendidas por nós, pela sociedade brasileira, a qual servimos, e por V.Exa., o Sr. Presidente eleito de nosso País."

Infelizmente os temores não eram infundados. Hoje, há mais de três anos, verificamos a persistência das dificuldades na reorientação da política macroeconômica e na construção das condições políticas na sociedade e no Parlamento para viabilizar o projeto desenvolvimentista desejado pela ampla maioria do povo.

Recentemente, Jeffrey Sachs, um dos arautos do neoliberalismo nos anos 80, ao falar para a Revista Exame, defendeu a intervenção do Estado para eliminar a pobreza extrema e atuar como motor do desenvolvimento. Joseph Stiglitz (crítico mais antigo da globalização neoliberal) e Douglass North, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia em 2001 e 2003, juntos com Williamson (o do Consenso), propuseram, em encontro em Belo Horizonte, "juros mais baixos e dinheiro mais abundante nas políticas sociais voltadas para os mais pobres". São unânimes em afirmar que "já passou da hora de o Brasil se



desvencilhar de algumas das amarras em que se meteu: dos juros mais altos do mundo; de uma das maiores e piores concentrações de renda no mundo...” Tais declarações podem não traduzir autocrítica, mas indicam pelo menos um recuo diante do desastre das políticas neoliberais na América Latina.

Aqui no Brasil, entretanto, economistas alinhados com a PUC do Rio e amestrados em universidades americanas, conduziram o Banco Central e, até bem pouco tempo, o Ministério da Fazenda, seguindo a mesma cartilha. Os diretores do BC, voltados para o poderoso oligopólio financeiro e de costas para o nosso povo, insistem em manter o Brasil campeão mundial em juros altos. A tímida redução da Selic para 15,75% a.a. em 19 de abril manteve essa lógica e, é claro, teve o repúdio do setor industrial, do comércio e dos trabalhadores. O BC não pode continuar dependente do mercado financeiro. A sociedade brasileira requer convicção e coragem política do governo para reverter esse quadro.

Essa persistência de uma política conciliatória com o setor financeiro, que zela mais pelos contratos e por Meirelles do que pelo respeito do povo ao governo, tem alimentado a desvairada oposição conservadora tucano-pefelista — ávida pelo poder — em sua ofensiva. Sua sorte é que, com a queda de Palocci, o continuador de Pedro Malan e de FHC, a nomeação de um desenvolvimentista significou um tiro que a oposição deu no próprio pé, pois perdeu um importante defensor de

suas idéias dentro do governo. Aliás, até há pouco, Palocci era elogiado pelo “mercado”, por essa oposição e pela imprensa conservadora. Sua despedida não poderia ser mais simbólica: aconteceu na Amcham (Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos). Mas, diz o ditado popular, “Deus escreve certo por linhas tortas”.

A nomeação de Mantega, mesmo cercada de cuidados para não assustar o “mercado” (o novo ministro declarou que “a política econômica é de Lula e não mudará”, e o próprio presidente teve que reafirmar o seu compromisso com um BC autônomo e com a manutenção de Meirelles e sua equipe), além da saída de Joaquim Levy e Murilo Portugal dos postos importantes que ocupavam, desenha um panorama alvissareiro. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, ao sair de audiência com o ministro Guido Mantega, no mesmo dia 6 de abril, confidenciou: “Noto uma visão de país diferente no comando da Fazenda. A inflação é uma doença debelada desde 1994; tem de pensar no crescimento, e o ministro tem essa visão.”

Logo que assumiu o posto, o novo ministro barrou o plano de longo prazo de corte de gastos públicos, a ampliação do superávit primário e orientou o novo Secretário do Tesouro, Carlos Kawall, a não apertar além da meta (4,25% do PIB). Mantega também condenou mais reformas na Previdência (o combate às fraudes e à sonegação seriam suficientes) e levou o Conselho Monetário Nacional a reduzir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 9% para 8,15% no segundo trimestre de 2006.

Agora, com a radicalização do processo político pela oposição conservadora, a pressão social pelo desenvolvimento com justiça social e o fortalecimento do setor desenvolvimentista nos ministérios crescem as chances de o governo Lula atender aos reclamos da maioria da sociedade e dos servidores do BC: um Banco Central menos dependente do “mercado” e mais comprometido com o desenvolvimento, a geração de empregos e a defesa da economia popular. 

*Conselheiro do Sinal em Fortaleza

Aniversário sem grandes comemorações

SEMINÁRIO VAI TRAÇAR PLANO ESTRATÉGICO PARA DEFINIR DESTINO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL

Criada em 4 de janeiro de 1966, para dar suporte social e financeiro aos funcionários da autarquia, a Asbac completou 40 anos em 2006 com uma história de realizações e um patrimônio invejável, mas com o futuro incerto. O apoio do Banco, fundamental no início para que a entidade se tornasse realidade, passou a ser uma ameaça à sobrevivência da associação a partir de 1977, com o fim gradativo da contrapartida financeira e da cessão de pessoal para compor o

quadro dirigente da entidade.

As dez regionais da Asbac, reunidas sob o guarda-chuva da Federação Nacional de Associações de Servidores do Banco Central (Fenasbac), ainda assim exibem uma extensa lista de realizações. São mais de 7 mil associados efetivos, 14 clubes e colônias de férias e lazer, uma sede própria em Brasília, investimentos superiores a R\$ 3 milhões nos últimos três anos, mais de R\$ 2 milhões em auxílios ativos através do Programa-Geral de As-

sistência Financeira (Pgafi), cerca de 7 mil vidas cobertas pela apólice de Seguro em Grupo e uma administradora de consórcios exemplar, que já entregou mais de 5 mil veículos e 4 mil eletroeletrônicos.

“Já terceirizamos muitos serviços e abrimos as Asbacs para a comunidade, mas as dificuldades continuam: a falta de participação de funcionários do Banco Central na direção da entidade, por impedimento legal, o corte de recursos do Banco, que correspondiam a dois



Dirigentes do Sinal prestigiam aniversário da Asbac

terços da arrecadação, a inviabilidade de se duplicar o valor da mensalidade para compensar o fim do aporte e os gastos com a manutenção de imóveis cedidos pelo BC às associações representam situações críticas”, avalia Paulo Stein, presidente da Diretoria-executiva da Fenabac. “Apesar de todas as dificuldades, a Asbac ainda revela uma personalidade voltada ao bem comum e intransigente na eterna busca de mais benefícios à sua comunidade.”

Uma grande empresa

Para Paulo de Tarso Calovi, do Sinal de Brasília, e que foi presidente da entidade durante seis anos, antes de ela se tornar Fenabac, “a Asbac não é apenas uma segunda casa dos servidores do Banco Central. Ela já foi também uma grande empresa. O clube, em Brasília, é um dos melhores do país. O clube-condomínio, na Granja Comary, em Teresópolis, no Rio de Janeiro, é um patrimônio inestimável”. Calovi faz questão de lembrar que a administradora de consórcios é a mais séria do país e que o Programa-Geral de Assistência Financeira (Pgafi) sempre foi modelo de suporte financeiro aos empregados. O Programa é um empréstimo de curto prazo, para pagamento em até nove meses, com as menores taxas de mercado, que visa a atender eventuais necessidades de crédito dos associados.

Já o Seguro de Vida em Grupo, acrescido recentemente do Seguro Vida Máster, cobre com apólices coletivas mais de 6 mil beneficiários com garantia total e o melhor custo/bene-

fício. Só nos últimos três anos, foram pagos mais de R\$ 5 milhões em indenizações. Os capitais segurados superam, hoje, os R\$ 340 milhões – sendo R\$ 13 milhões do Seguro Vida Master, destinado a pessoas entre 65 e 80 anos. Um outro serviço que os associados têm, sem nenhum ônus, é o Pecúlio-Morte, com uma cobertura financeira de R\$ 2 mil para despesas funerárias. “Esse benefício, mesmo sin-

gelo, representa um ombro amigo numa hora difícil”, afirma Paulo Stein. O Consórcio Fenabac oferece aos associados das Asbacs um leque de vantagens. Os grupos de consórcios de automóveis e eletroeletrô-

nicos têm a garantia de quem opera sob a estreita vigilância do Banco Central. O atendimento personalizado, as baixas taxas de administração, a agilidade no pagamento do crédito e a credibilidade de quem atua no mercado há mais de três décadas são algumas das características do serviço. A Fenabac mantém ainda diversos convênios com hotéis e locadoras de veículos, em todo o Brasil.

Máquina de lazer

Das 14 sedes recreativas das Asbacs espalhadas pelos estados em que o Banco Central tem representação, nove são de propriedade do Banco Central, inclusive o clube de Brasília. No total, estão avaliadas em mais de R\$ 66 milhões. Seis outros imóveis, com

valor estimado em cerca de R\$ 7 milhões, compõem o patrimônio próprio do Sistema Federativo Asbac. Além do moderno conjunto adquirido em 2000, onde funciona a sede administrativa da Fenabac, no Edifício Casa de São Paulo, no Setor Bancário Sul de Brasília, destacam-se as colônias serranas de Comary e de Campos do Jordão, a de Indaiá-Bertioga, no litoral de São

Paulo, as duas últimas hoje desativadas e à venda, e a colônia de pesca em Aruanã, às margens do Rio Araguaia, em Goiás. “Conseguimos estruturar um patrimônio razoável construído com a participação de todos os associados”, diz Paulo Stein.

Para movimentar essa máquina de lazer e de prestação de serviços, a Fenabac conta com recursos gerados nas atividades de seguros e consórcios. Já as Asbacs, hoje independentes e autônomas, têm como fontes de recursos as mensalidades sociais, a locação de espaços, a terceirização de serviços e as contribuições da federação. “Vamos organizar um seminário sobre planejamento estratégico que pretende atrair a participação de dirigentes do Banco Central e de outras entidades classistas, com o objetivo de estabelecer um plano de metas para os próximos cinco anos capaz de definir as potencialidades e os desafios da associação”, afirma Paulo Stein. 

“Já terceirizamos muitos serviços e abrimos as Asbacs para a comunidade, mas as dificuldades continuam.”

PAULO STEIN, presidente da diretoria-executiva da Fenabac



ROSANE DE SOUZA

Uma pesquisa inédita de opinião entre o funcionalismo estava no forno, pronta para ser iniciada, mas só começou a ser feita, realmente, no início de dezembro de 2005, por conta do compromisso ético do Sinal com a categoria que representa. “Estávamos terminando uma greve

vitoriosa de 73 dias e sabíamos que esse fato ia se refletir em uma avaliação positiva, mas momentânea, de nosso trabalho. Era fácil receber nota 10 naquele momento”, avaliou Alexandre Wehby, diretor de Comunicação Nacional do Sinal. Por isso, o sindicato esperou mais um mês e

45 dias para colocar no ar um questionário abrangente que dissecava a opinião da categoria sobre a entidade, procurando ouvir, gostasse ou não, o que o funcionalismo pensava, de fato, do Sinal – um sindicato bem jovem, nascido em 1989, sem a tradição dos criados em meados do sé-

Retrato em branco-e-preto de uma categoria

Desde o início do segundo semestre do ano passado, o Sinal desejava ouvir os funcionários do Banco Central, para saber o que pensavam sobre o trabalho realizado pela entidade sindical que os representa e sobre os dirigentes eleitos pela categoria. Queria também identificar os desejos insatisfeitos e obter informações seguras vindas do próprio funcionalismo, sem intermediários, para, a partir disso, estabelecer canais de comunicação mais azeitados com os funcionários do BC, sindicalizados ou não

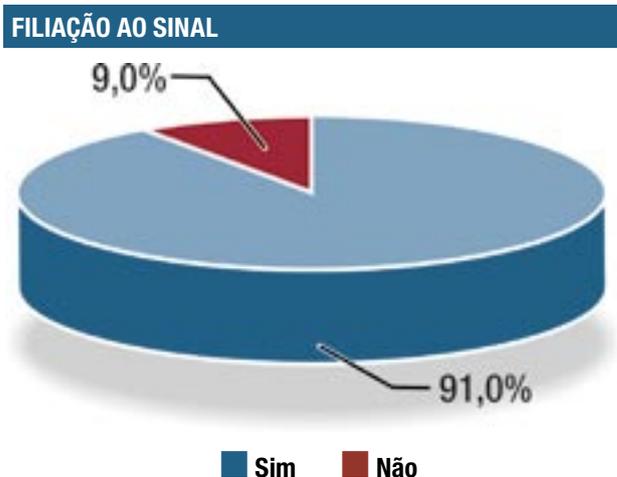
culo passado. Os 333 questionários respondidos na pesquisa de satisfação ficaram aquém da expectativa inicial da entidade. O Sinal esperava que, pelo menos, 600 funcionários tivessem a paciência de perder dez minutos, na internet, para falar de suas esperanças, desejos e frustrações com as atividades desenvolvidas pelo sindicato. Ainda assim, comprovou o acerto do Sinal em esperar para fazer a pesquisa, e o número de respostas permitiu conclusões com um

bom nível de segurança, pois a margem de erro de 5,3% é um patamar considerado satisfatório para esse tipo de trabalho. A pesquisa utilizou uma metodologia científica, confiável e isenta do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Universidade

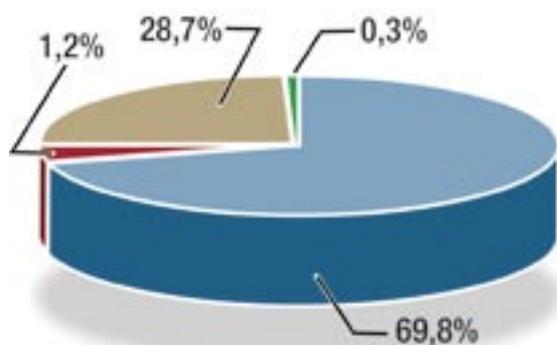
Federal do Rio Grande do Sul.

O momento para começar a pesquisa também foi o mais apropriado. O Sinal iniciava o mergulho na maior crise da história do Banco, do seu funcionalismo e da própria entidade. “Nesse contexto de crise, a pesquisa tornou-se mais relevante ainda. Era o momento ideal para discutirmos o nosso futuro”, afirmou David Falcão, presidente do Sinal, acrescentando: “Quando saiu o resultado, entendemos o recado da pesquisa.”

Mesmo no meio de uma crise sem precedentes, quando o governo descumpria as bases do acordo fir-

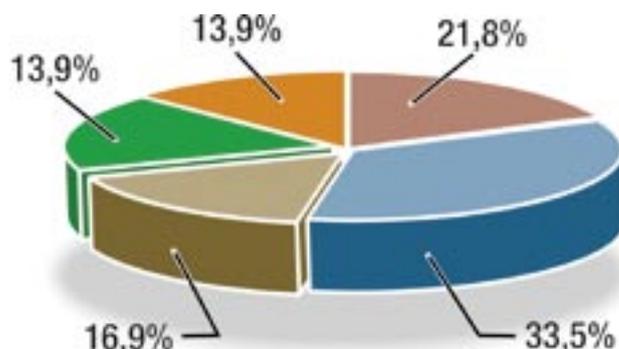


ATIVIDADE DOS CONSULTADOS



■ Func. Ativo ■ Func. Inativo CLT
■ Func. Inativo RJU ■ Pensionista RJU

PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS



■ Sempre ■ Quase sempre ■ Eventualmente
■ Raramente ■ Nunca

mado com os funcionários do BC, as novas filiações à entidade demonstravam que o funcionalismo identificava no Sinal uma entidade independente e coerente. “Em 2005, tínhamos 5.200 filiados; hoje, esse número aumentou para 5.700. E continuamos em curva ascendente, registrando nos últimos quatro meses 170 novas filiações, só em Brasília, e aproximadamente 400 em todo o país”, assinalou Falcão.

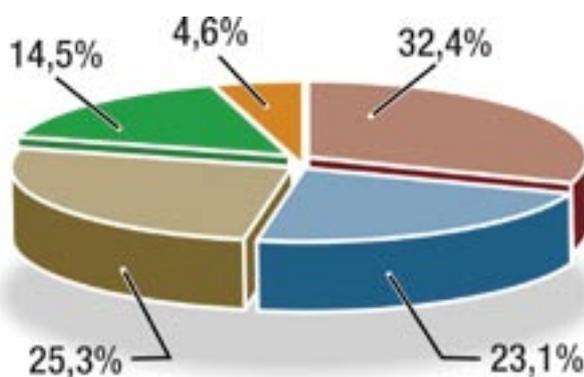
Atualmente, o Sinal tem em mãos um instrumento importante para formular suas ações no sentido de aperfeiçoar a entidade. E, com a divulgação integral dos seus resultados, no *site*, no boletim Apito Brasil e, agora, na revista **Por Sinal**, a entidade cumpre os seus compromissos com a transparência de suas atividades.

De volta à escola

De um modo geral, os funcionários do BC avalia-

ram positivamente o sindicato, embora a nota recebida de 6,87 esteja longe dos 8,5 que indica a excelência desejada. Dos servidores ouvidos pela pesquisa, 91% são filiados e 9%, não. Do total dos que responderam, 69,8% estão em atividade e 28,7% são aposentados (ver gráficos acima). Os melhores graus de satisfação foram obtidos pelo atendimento dos funcionários (77,1%), seguido pelo site eletrônico (75,2%), revista **Por Sinal** (74,6%) e comunicação e informações (74%).

FREQUÊNCIA DE LEITURA DA REVISTA POR SINAL



■ Sempre ■ Quase sempre ■ Eventualmente
■ Raramente ■ Nunca

Essas tabelas estão agrupadas por regional. Já as regionais de Belém, Fortaleza e Recife estão reunidas na mesma tabela, em função do baixo número de respostas. Os índices de menor satisfação foram as assembleias (61,9%), representatividade (66,7%) e serviços prestados (69,2%). “É fácil constatar que, de fato, os empregados ouvem mais a categoria, por isso a avaliação positiva do atendimento feito por eles seja tão boa. Estão lá para isso. Nós, às vezes, por acumularmos o trabalho

sindical com as nossas funções no BC, não temos tempo para ouvir as queixas do funcionalismo fora das assembleias”, analisa Alexandre Wehby. É bom ressaltar, porém, que os índices com menores avaliações são os de maior impacto na satisfação geral. Outra informação importante: de um modo geral, a satisfação foi maior entre os filiados (73,2) e os aposentados (79,5).

Funcionários aprovam Por Sinal

A pesquisa também procurou investigar como os funcionários do Banco Central avaliavam a revista **Por Sinal**, cuja leitura extrapola os muros internos do universo do funcionalismo. Neste caso particular, o Sinal queria saber qual a avaliação do seu conteúdo editorial, da qualidade gráfica, da linguagem, do formato e das informações publicadas. A revista satisfaz a qualidade exigida pelo leitor mais crítico? A nota de 7,46 recebida apontou que sim, e que ela está no caminho certo, embora mudanças para agradar ainda mais ao leitor estejam sempre em perspectiva. Essa é a opinião também de alguns parlamentares, leitores assíduos da **Por Sinal**. “A revista tem excelente conteúdo técnico, eu sempre a consulto quando preciso de informações sobre alguma questão”, disse o deputado federal Pauderney Avelino (PFL-AM), para quem ela presta um serviço fundamental ao país.

Com essas notas, procurou-se avaliar os seis itens que eram o alvo da investigação: quantidade de informações, qualidade, importância, periodicidade, linguagem e formato. Elas variaram entre 74,6 e 81,3. A boa avaliação e as respostas sobre a **Por Sinal** até surpreenderam, de certa maneira, os dirigentes sindicais da entidade. “É uma publicação democrática, que ouve a opinião de toda a sociedade”, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS). Portanto, mais do que uma boa nota, ela tem o aval do funcionalismo do BC e da sociedade. “A revista divulga informações gerais com excelente conteúdo”, assinalou o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Ao procurar detectar a frequência de sua leitura, os próprios funcionários do Banco disseram que 32,4% lêem a revista sempre, enquanto 23,1% quase sempre procuram ler as reportagens publicadas. Apenas 4,6% do funcionalismo afirmaram que nunca lêem a **Por Sinal**. Outra informação importante para buscar atingir a excelência foi a de quantos funcionários recebem a revista. O resultado mostrou que os canais de distribuição do sindicato funcionam: 90,9% dos funcionários do Banco Central recebem regularmente as edições da **Por Sinal**.

Na sondagem de qualidade realizada antes da pesquisa, por meio de 26 entrevistas com mais profundidade, alguns comentários também apontaram caminhos para tocar de perto os funcionários do Banco Central. Um entrevistado avaliou a revista como excelente, mas outro demonstrou a sua inquietude sobre a qualidade gráfica exibida, expondo suas dúvidas sobre a necessidade de ser tão bem-feita e sobre o montante de recurso investido em sua produção. Neste caso em particular, acreditamos que a boa nota da revista e sua excelente avaliação entre parlamentares do Congresso Nacional respondem ao questionamento.

“A revista traz informações honestas sobre política e estrutura das instituições monetárias e divulga opiniões isentas sobre as mudanças nas estruturas do Banco Central. Por sua independência e informações não-tendenciosas, sempre consulto a **Por Sinal** sobre alguma questão relativa a esses assuntos. Ela presta um excelente serviço ao país.”

DEPUTADO FEDERAL PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM)

“Na minha avaliação, é uma revista democrática, que divulga todas as posições. Além disso, divulga informações que esclarece e amplia o nosso conhecimento.”

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

“É uma boa revista, porque é diversificada e não tem qualquer viés corporativo. E ainda divulga informações gerais com excelente conteúdo.”

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)

SATISFAÇÃO GERAL COM A REVISTA POR SINAL

Número Entrev.	Satisfação Geral	Filiação		Atividade		Regional							
		Filiados	Não Fil.	Ativo	Inativo	BFR	BH	BSB	CUR	POA	RJ	SAL	SP
281	74,6%	74,8%	70,8%	72,8%	79,0%	66,7%	77,2%	68,8%	71,4%	83,6%	83,2%	85,4%	66,4%

A onda rosa está ficando vermelha!

Desde a década de 90, vem se configurando um movimento social, econômico e político, caracterizado pela rejeição do processo de globalização. Esse movimento é comandado pelo chamado “livre mercado” e pelo pensamento único neoliberal, que fundamenta e exalta esta política de contenção dos gastos sociais do Estado, mas que o entrega ao mesmo tempo aos interesses do capital financeiro, que vem realizando uma verdadeira rapina dos fundos públicos a seu favor.

A primeira forma de expressão dessa rejeição crescente foram as ações de massa contra os acordos internacionais e a instituições que os promovem. Essas ações terminaram influenciando os processos político-eleitorais, colocando no poder os partidos social-democratas e neoliberais. Sob a influência do terror intelectual organizado pelo pensamento único, os políticos liberais e socialistas tentaram estabelecer uma conciliação entre as demandas sociais das massas, sobretudo a luta pelo emprego e contra a exclusão social e o sistema econômico único, que seria a utopia de uma economia liberal fundamentalista.

Foi assim que se conformou esse fracasso intelectual e político, a chamada Terceira Via. A união da economia livre de mercado com as preocupações sociais foi sua bandeira evidentemente inatingível. Clinton nos Estados Unidos (com o apoio de economistas institucionalistas mais críticos do neoliberalismo, como Stiglitz), Blair na Inglaterra (af na boca da botija neoliberal com as teorizações da Terceira Via da London School of Economics), Jospin na França (balançando entre os economistas mais progressistas que chegaram com ele ao poder e os compromissos conser-



vadores de toda uma ala de seu partido), Schroeber na Alemanha (balançando entre os poderosos dirigentes do Banco Central e seu ministro da Economia, La Fontaine, finalmente derrubado). Sem falar Fernando Henrique Cardoso, que dirigia uma coligação de centro-direita adotando uma espécie de neoliberalismo caipira, que nem vale a pena discutir uma vez mais. Salinas no México, forçando a “democratização” do Partido Revolucionário Institucional, revisando a revolução mexicana e tornando-se o candidato norte-americano para a presidência dessa coroa do neoliberalismo que era a OMC (até que a crise de 1994 botou tudo isso para baixo), ou Menem, que conduziu o peronismo majoritário para as desnacionalizações e outras traições ao ideário do seu partido. Chega de enumerar esta plêiade de gestores dessa fase de transição, caracterizada pela aceitação do neoliberalismo como única fonte de política econômica possível.

O fracasso desses políticos trouxe muita confusão ao cenário político internacional. A onda rosa tropeçou com o seu fracasso econômico, que se transformou em fracasso político. Por toda a parte recua o poder desses líderes furta-cores e começa a se desacreditar do caminho alternativo. A vitória de Bush nos Estados Unidos revelou, sobretudo, a fraqueza desses líderes “populares”. Derrotado nas urnas, conseguiu impor sua vitória no tapetão, como se usa chamar no Brasil essas operações.

Mas os povos se desiludiram e se desiludem a cada dia com uma opção de direita. Se os social-democratas não se mostram capazes de gerir uma mudança significativa de políti-

ca, quem será capaz de fazê-lo? Até quando teremos de aceitar a visão tecnocrática das organizações internacionais, que pretendem derivar suas políticas econômicas da dedução formal das premissas econômicas arcaicas em que se baseiam? Ora, se a gestão da economia é uma aplicação rígida da Ciência Econômica pura que pretendem representar, para que as eleições em que sempre se contestam esta ciência de pedantes bem remunerados?

De fato, o desejo de recuperar o crescimento econômico com o pleno emprego e as políticas de distribuição de renda converteu-se num fenômeno de massas, com o apoio crescente de um amplo setor do empresariado que se vê impossibilitado de expandir sua acumulação pela ausência de mercados internos e internacionais em expansão. O crescimento sustentado da China por 25 anos nos mais altos níveis mundiais, sem inflação importante, a retomada de crescimento dos demais países do leste asiático, e mesmo o importante fenômeno do crescimento indiano, indicam que essas teorias de contenção do crescimento, em nome da luta contra a inflação e pelo equilíbrio macroeconômico nunca alcançado, são um fracasso. Falta somente às pessoas compreenderem que na verdade são um embuste.

Esse clima de rejeição ao neoliberalismo e de aceitação de uma alternativa cada vez mais comprometida com o sentimento popular vai abrindo caminho na região latino-americana. E a geração dos furta-cores começa a ser substituída por uma geração mais definida, apesar de suas dificuldades de definir claramente os caminhos al-

ternativos. A onda rosa se mancha de vermelho. Lula era visto como um representante dessa nova onda. Contudo sua política econômica decepcionou gravemente, mas não definitivamente. Existe sempre a esperança de uma mudança, ainda que não seja muito radical. O comando da Frente Ampla uruguaia também se vê restrito a opções moderadas, já que não podem tomar iniciativas isoladas. Na Argentina, contudo, Nestor Kirchner empolgou a maioria da população por suas demonstra-

ções de relativa independência diante do FMI. Sua aproximação de Hugo Chávez, que lidera a nova opção vermelha, reforçou sua imagem positiva diante da população. Evo Morales encarnou a liberação indígena na Bolívia, que se estende ao Peru, ao Equador e em parte à Colômbia. Essa rebelião indígena tem seu equivalente no sul do México, com os zapatistas, e na Guatemala. Os sandinistas parecem retomar o poder na Nicarágua, apesar de todos os seus percalços. A Frente Farabundo Marti tende a consolidar-se como uma alternativa de poder em Salvador. Mas o mais assustador é a bem provável vitória de Lopes Obrador, no México. Nenhum deles representa uma postura extre-

ma para uma transformação da América Latina. Nenhum resolveu claramente a superação do pensamento único neoliberal. Mas a sucessão de exemplos históricos acumulados tem um papel pedagógico. A dialética histórica tem uma lei muito importante sobre a transformação da quantidade em qualidade. 

“O crescimento sustentado da China por 25 anos nos mais altos níveis mundiais, sem inflação importante, a retomada de crescimento dos demais países do leste asiático, e mesmo o importante fenômeno do crescimento indiano, indicam que essas teorias de contenção do crescimento, em nome da luta contra inflação e pelo equilíbrio macroeconômico nunca alcançado, são um fracasso.”

* Professor titular da UFF e diretor do REGGEN

ABRAPP

A fiscalização dos fundos de pensão

Diante de alguns graves equívocos e injustiças cometidos contra os fundos de pensão no relatório aprovado pela CPMI dos Correios, desejamos expressar o nosso mais vivo repúdio a diversos aspectos contidos no documento:

- O relatório mostrou-se incapaz de separar desvios pontuais de conduta, da atuação de dirigentes que, apesar de sua ação irrepreensível e fundamentada na técnica, tiveram seu indiciamento solicitado, contrariando todas as provas;

- As injustiças cometidas, com pedidos de indiciamento sem a indicação dos critérios que os deveriam sustentar, mostram o prevalecimento de aspectos políticos. É lamentável e inaceitável que isso aconteça;

- Diversos dados contidos no relatório foram transcritos com erros. E, pior, essa é a frágil base sobre a qual se sustentam pedidos injustos de indiciamento;

- Informações de natureza técnica levadas voluntariamente ao conhecimento da CPMI foram simplesmente desconsideradas;

- Ao contrário do que faz supor o relatório, o sistema de fundos de pensão é fortemente fiscalizado;

- Se ainda não existe um órgão de Estado equipado em termos humanos e materiais para supervisionar e exercer a fiscalização, isso se deve ao fato de o Senado não ter aprovado a criação da Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, num caso claro de miopia política;

- Não podemos admitir insinuações e ilações que corrompem injustamente a tão evidente credibilidade dos fundos de pensão;

- Estamos confiantes de que o Ministério Público, capaz de uma apuração muito mais técnica dos fatos, corrigirá os muitos erros infelizmente cometidos;

- O relatório desconsidera e, pior, contraria fatos, depoimentos e provas apresentados à CPMI; nada caracteriza melhor esta contradição do que o próprio relatório ter elogiado o sistema e seus dirigentes pela qualidade da gestão e dos controles empregados para, em seguida, generalizar o enfoque para a imagem do setor;

- Entidades foram elogiadas por suas gestões e controles. No entanto, seus dirigentes foram alvo de pedidos de indiciamentos, apesar dos muitos esclarecimentos fornecidos, todos fundamentados dentro da melhor técnica e oferecidos voluntariamente à CPMI;

- Uma das características do período analisado era exatamente o esforço desenvolvido pelos bancos de porte médio para se fazerem presentes no mercado, o que de modo geral conseguiram, mostrando-se competitivos. Como re-

sultado, os fundos de pensão aplicaram naquele momento em diversas instituições com essas características, sempre dentro dos limites legais e das cautelas recomendadas, em especial consultadas, as notas do rating;

- Apesar de os fundos de pensão terem investido valores significativos em diversos bancos médios, o relatório da CPMI faz crer que as aplicações se deram exclusivamente no BMG e no Rural;

- Diversas instituições financeiras tinham investido mais de R\$ 1,1 bilhão no Banco Santos. Esse valor chegava perto de R\$ 1 bilhão no caso de várias empresas. Curiosamente, o relatório perde o sentido das proporções e procura dar um contorno de escândalo somente aos R\$ 370 milhões que os fundos de pensão tinham no total no Santos;

- Operações de “hedge” são comumente realizadas no mundo, em especial por investidores institucionais, inclusive fundos de pensão, mas o relatório parece sugerir que elas são fontes de problemas e devem ser evitadas. Ora, estamos falando de uma ferramenta legal e muito útil, notadamente para a proteção das carteiras;

- Ao mostrar uma visão assim distorcida acerca das operações de “hedge”, o relatório não está atacando em particular os fundos de pensão e, sim, causando um enorme mal ao mercado;

- Operações de “hedge” têm sabidamente ajustes negativos e positivos, mas o próprio relatório reconhece que só considerou os ajustes negativos de uma mesma operação, como a “Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro” – já se manifestou, em uma entrevista coletiva à imprensa realizada em janeiro último, quanto à propriedade da metodologia seguida no relatório relativamente ao “hedge”;

- As leis e as normas aplicadas aos fundos de pensão tornam impossível a ocorrência de desvios para “caixas dois”;

- O sistema de fundos de pensão vem incorporando as melhores técnicas de gestão e controle, apoiando a governança dentro de casa e nas empresas nas quais investe e valorizando as demandas da opinião pública quanto à responsabilidade social e ambiental. Por isso mesmo, pode-se dizer, hoje, que resume muito do que há de melhores práticas na sociedade organizada;

- Desvios eventuais devem ser rigorosamente apurados e punidos, mas não podem ser apontados como conduta generalizada do sistema. Por sua importância social e econômica, o sistema de fundos de pensão e seus 2 milhões de participantes diretos devem ser respeitados e não colocados em sobressalto.

ASBAC
40
anos
SISTEMA FEDERATIVO

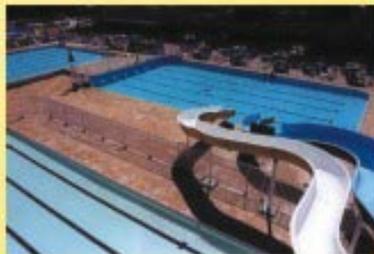
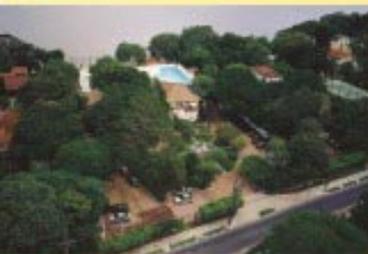
**O aniversário é nosso,
mas VOCÊ está
de parabéns!**

A ASBAC - Associação dos Servidores do Banco Central foi criada em 4 de janeiro de 1966 e assumiu ao longo dos anos, importante papel no contexto de pessoal do Banco, tornando-se seu "braço direito na política de recursos humanos", contemplando ações sociais, culturais, esportivas e de lazer.

Hoje suas dez representações formam a FENASBAC, que desenvolve programas nacionais e administra diversos imóveis próprios e do BACEN, constituindo-se em um grande clube de serviços e lazer.

Venha participar desta grande família. Associe-se.

- ★ Mais de 5 mil associados efetivos;
- ★ São 14 clubes e colônias de férias e lazer, sendo 5 próprios;
- ▲ Investimentos superiores a R\$ 3 milhões nos últimos 3 anos;
- ★ Cerca de 7.000 vidas cobertas pela apólice de Seguro em Grupo;
- ★ Entregues mais de 5.000 veículos e quase 4.000 eletroeletrônicos, em nossos Grupos de Consórcio;
- ▲ Mais de R\$ 2 milhões em auxílios financeiros ativos (PGAFI);
- ★ Sede administrativa própria em Brasília;
- ★ Pecúlio de vida.



Informações:



FENASBAC - Federação Nacional de Associações de Servidores do Banco Central
Fone (61) 33231055 • Fax 32268189 • SBS, Quadra 2, Bloco A, Ed. Casa de São Paulo, 7º andar • Brasília/DF

www.fenasbac.com.br

